



Instituto de Geociências



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

LEONARDO DA SILVA FELIPPE

CARTOGRAFIA SOCIAL DA VILA CACHORRO SENTADO: MAPEAMENTO
COLETIVO PEDAGÓGICO E O PROJETO DA CASA DOS CATA-VENTOS

PORTO ALEGRE
2019

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 2 |
| 1.1 CATAVENTEIRO..... | 2 |
| 1.2 MAPEAMENTO..... | 4 |
| 1.3 OBJETIVOS..... | 7 |
| 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 7 |
| 2 TERRITÓRIO..... | 8 |
| 2.1 A VILA..... | 9 |
| 2.2 A CASA..... | 14 |
| 3 A PRÁTICA..... | 17 |
| 3.1 OFICINA DE MAPEAMENTO COLETIVO COM OS JOVENS DO PROJETO DA CASA DOS CATAVENTOS | 17 |
| 3.2 MAPEAMENTO DIALOGADO..... | 22 |
| 3.3 REPRESENTANDO-SE..... | 24 |
| 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 27 |
| 5 CISÃO..... | 35 |
| 5.1 ESSA CASA TAMBÉM É NOSSA..... | 35 |
| 5.2 MOMENTOS DE DESPEDIDAS..... | 44 |
| 6 CONCLUSÃO..... | 47 |
| 7 REFERÊNCIAS..... | 50 |

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo conceber uma atividade de Mapeamento Coletivo Pedagógico com as crianças e adolescentes do projeto da Casa dos Cata-Ventos, projeto o qual faço parte como bolsista de extensão pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesta seção apresentarei minha inserção na Casa dos Cata-Ventos bem como os conceitos em que me apoio para realizar o Mapeamento Coletivo Pedagógico, ou seja, a interface que se estabelece entre a Geografia e o Ensino.

1.1 CATAVENTEIRO

Me insiro no projeto através da indicação de amigos sobre a oportunidade de uma vaga para bolsista de extensão, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Instituto Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Instituto APPOA)¹. A Casa dos Cata-Ventos é um experimento que foi criado a partir do desejo de uma intervenção contínua para as crianças e os adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social, à mercê da violência e à situações de abuso; que encontra na Vila São Pedro - situada na zona leste da capital gaúcha - condições para a realização do trabalho. Os integrantes constituintes da equipe de trabalho são mestrandos, residentes, estagiários e bolsistas, vinculados à própria UFRGS, mas também a outras instituições de ensino. A casa em que se instalou o projeto pertence à Associação de Moradores da Vila; as crianças, os adolescentes e os moradores frequentam o lugar na medida em que querem, não se configurando como um serviço de contra-turno escolar, nem uma creche, mas sim como um lugar que acolhe a quem quiser participar. Para Gageiro e Torossian (2016), o que há de novo neste projeto é a acolhida à vida comum, às questões e dores ordinárias dos seres humanos dentro de seu próprio território.

Apesar das atividades dos turnos de brincadeiras, contação de histórias e capoeira acontecerem na Vila, o trabalho não se limita e não se encerra ali. O projeto integra a Rede Partenon de Assistência Social da Prefeitura de Porto Alegre e também a micro-rede Santo

¹ Neste quadro, a referência da Associação é aos ensinamentos de S. Freud e J. Lacan. Seu objetivo é reunir e dar sustentação a práticas de intervenção social fundamentadas na psicanálise, que já se realizam, e propiciar as condições para a invenção de novas articulações entre pesquisa, clínica e intervenção no campo analítico. (Institucional - Secretaria do Instituto APPOA).

Antônio; a partir dos diálogos estabelecidos com essas vertentes, a Casa dos Cata-Ventos se insere não só no território em questão, mas também se faz presente nesses outros espaços componentes da rede de assistência social. As atividades realizadas fora da Vila São Pedro, que servem como balizadores do trabalho psicanalítico, são: seminários, reuniões de equipe, supervisão com estagiários e bolsistas, preceptorias com residentes e também reuniões com escolas e com os serviços da rede intersetorial. A Casa dos Cata-Ventos foi inspirada no projeto carioca da Casa da Árvore, que volta sua atenção à infância e aos seus cuidadores nas favelas do Rio de Janeiro. Nas palavras de Gageiro e Torossian (2016):

Temos no brincar, nos contos e nas narrativas de histórias os principais operadores para esse trabalho, entendendo estes como dispositivos de escuta, fundamentais no fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e no enfrentamento de situações de risco e de violência. A criação da Casa dos Cata-Ventos inspira-se na Maison Verte, criada pela psicanalista Françoise Dolto em Paris, em 1979, e na Casa da Árvore, que desde 2001 desenvolve trabalho semelhante na cidade do Rio de Janeiro. (Temática Correio APPOA, sem página)

Desde o princípio do percurso como extensionista da Casa, sabia que se tratava de um território periférico nas imediações da avenida Ipiranga, mas ao ser introduzido no projeto, através de um processo seletivo, percebi que se tratava da Vila Cachorro Sentado. Nesse âmbito, noto um choque de realidades, uma vez que já conhecia o território em questão (por esse outro nome), através de amigos que ali nasceram e ali vivem até hoje. Esses mesmos amigos referem-se à seu território como Cachorro Sentado, mas também, mais recentemente, a chamam de Dog City. Neste trabalho me refiro ao mesmo território com estas três denominações: São Pedro, Cachorro Sentado ou Dog City. O termo vila, pode ter distintos significados dependendo do contexto em que está inserido. Especialmente em Porto Alegre, por questões linguísticas se refere a Vila como uma cidade informal ou favela. Comumente no Brasil, favela se refere justamente às cidades informais, periféricas e estigmatizadas, enquanto vila pode ser empregado, principalmente na região Sudeste, como um conjunto de moradias de bairros ricos ou de classe média alta, bem distinto da realidade da Vila portoalegrense. Na Europa essa diferença é ainda mais significativa pois vila pode remeter a

um vilarejo ou uma pequena cidade, que muitas vezes ganha notoriedade através do turismo, como é o caso da Vila de Lauterbrunnen², na Suíça.

Fui recebido inúmeras vezes na vila, como amigo e visitante, sendo a primeira vez ali, no ano de 2015. Chegar na vila, em 2019, agora na posição de estudante de uma renomada instituição de ensino, produz inúmeros sentimentos em mim e também reflete nas relações com as pessoas que conheço naquele local. Ao entrar na vila para desenvolver trabalho de extensionista, por exemplo, as conversas com meus amigos que encontro pelo caminho pois ali vivem, são seguidamente abreviadas e o contato se estabelece a partir de uma outra postura, de ambos os lados.

Ser o primeiro estudante de Geografia inserido nesse projeto da Casa dos Cata-Ventos também produz questões subjetivas no que tange ao trabalho, que é clínico e analítico, sustentando o uso da palavra e imprimindo um olhar psicanalítico sobre aquele território. Minha leitura, contudo, sobre os acontecimentos no âmbito do trabalho como bolsista de extensão se dá muito pelo olhar geográfico compartilhando nas reuniões de equipe da Casa, de alguma forma, essa outra percepção.

1.2 O MAPEAMENTO

Para Mesquita (2013), os mapeamentos são atos da cognição humana no sentido de descrever e registrar um espaço conjuntamente com suas informações e suas relações de poder. Segundo o autor, a preocupação do mapeamento é produzir conhecimento que é projetado e distribuído em um objeto o qual outras pessoas podem ter acesso.

No livro *Mappings*, o autor Denis Cosgrove afirma que as ações de “visualizar, conceituar, registrar, representar e criar espaços graficamente são atos de mapeamento” (COSGROVE, 1999, p. 1). Para ele, “atos de mapeamento são momentos criativos, às vezes ansiosos, de chegar ao conhecimento do mundo, e o mapa é tanto uma incorporação espacial do conhecimento como um estímulo a novos compromissos cognitivos” (Ibidem pg 2). Conforme Mesquita (2013), esses mesmos atos de mapeamento também conferem à cartografia uma função de ferramenta de ação política e social.

² A paisagem de Lauterbrunnen é composta por rios e antigos chalés de madeira rodeados por uma natureza exuberante com florestas e cachoeiras.

A Cartografia Social é compreendida como nova ferramenta vinculada ao planejamento e transformação social, sendo utilizada para a investigação-ação-participativa e desenvolvimento comunitário (LANDIM NETO et al, 2013). Alberdi (2012) defende que a Cartografia Social é uma prática que está em divergência ao modelo hegemônico, apresentando-se como uma construção territorial em que as relações de poder são modificadas a partir da participação ativa dos habitantes daquele território, onde o interesse coletivo se esforça para orientar as políticas implementadas. A Cartografia Social corresponde a um instrumento que privilegia a construção do conhecimento popular, simbólico e cultural elaborado sob os preceitos da coletividade, onde os diferentes grupos sociais expressam seus anseios e desejos (GORAYEB; MEIRELES; SILVA, 2015).

É sabido que a ideia de mapeamento e de cartografia está intrinsecamente ligada ao exercício do poder sobre o território. Na história ocidental a representação do espaço passa a ser vinculada aos atores interessados em conquistar, dominar e colonizar áreas; expropriando, por exemplo, terrenos outrora pertencentes à comunidades nativas. Cria-se, então, uma espécie de cientifização cartográfica por parte das nações hegemônicas como modelo que busca dominar territórios a partir das representações criadas sobre os mesmos. Desde a década 1970, percebe-se um movimento que se preocupa em problematizar esse monopólio da representação do espaço vinculado tanto ao Estado, quanto a grandes empresas privadas. Isso porque:

Mapas são representações ideológicas. A elaboração de mapas é um dos principais instrumentos que o poder dominante historicamente tem utilizado para a apropriação utilitária dos territórios. Esse modo de operação supõe não apenas uma forma de planejamento territorial, mas também a demarcação de novas fronteiras para indicar ocupações e planejar estratégias de invasão, saque e apropriação de bens comuns. Dessa forma, os mapas que normalmente circulam são o resultado da visão de que o poder dominante se recria no território, produzindo representações hegemônicas funcionais para o desenvolvimento do modelo capitalista, decodificando o território de maneira racional, classificando recursos naturais e características da população, identificando o tipo mais eficaz de produção para converter a força de trabalho e os recursos em lucro. (RISLER & ARES, 2013, p.5)

Comunidades que dependem de seus territórios para se sustentarem, desde sua alimentação até a perpetuação de sua cultura, começaram nos anos de 1970 a apoiar-se nesse método cartográfico que, a partir daí, é ressignificado e passa a ser denominado como Mapeamento Participativo. Segundo Herlihy e Knapp (2003), esse mapeamento é o que reconhece os saberes de populações locais sobre o espaço e o ambiente e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. É aquele que possui suas raízes metodológicas inseridas no conceito de observação participativa como ferramenta científica de produção de conhecimento, as chamadas *metodologias de pesquisa colaborativa*.

A partir da organização de uma rede participativa - composta por antropólogos, historiadores e integrantes dos movimentos ambientalistas - as populações locais debatem a problemática territorial no intuito de perceber a sua real posição na elaboração desses mapas. Essas populações questionam, então, o fato de que os Mapeamentos Participativos ou Colaborativos são conduzidos por entidades que não representam integralmente os seus anseios e reproduzem incompletamente seus interesses. Assim, percebe-se nesta denominação de Mapeamento Participativo, a falta de autonomia em gerir o processo cartográfico, pelo fato de essas comunidades serem convidadas a participar dos levantamentos e não de produzi-los de maneira autônoma. O choque de incertezas e os questionamentos que surgem aqui são: quais seriam os usos, interpretações e finalidades desses mapas?

Em contrapartida, o Mapeamento Coletivo é um processo de criação que subverte o lugar de enunciação, a fim de desafiar as histórias dominantes sobre os territórios, com base no conhecimento e nas experiências cotidianas dos participantes (RISLER & ARES, 2013). No Brasil, na década de 1990, as primeiras experiências vão no sentido de as comunidades dirigirem propriamente o processo de mapeamento e não mais, nesse caso, meramente colaborar com a elaboração de mapas sobre os quais elas não tem controle informacional. Isso porque notou-se que os levantamentos participativos poderiam ser usados justamente contra a própria comunidade, ocasionando, não raras vezes, a exploração dos seu território e de suas riquezas culturais e naturais.

Esse trabalho visa pôr em prática uma atividade direcionada às crianças e adolescentes do projeto da Casa dos Cata-Ventos, utilizando justamente o Mapeamento Coletivo como instrumento de prática pedagógica, fora do ambiente escolar. Assim, identifico nas palavras de Gisler e Ares (2013) que a construção de um mapa constitui um

modo de elaborar histórias coletivas em torno do comum, reunindo uma gama de consensos, sem diminuir as diversidades postas ao longo do mapeamento. Gerir esse aspecto do comum, ou seja, produzir um material a partir do que nos une e que se reconhece é a problemática que busca se elucidar com essa atividade, pois expor as questões inseridas no território, a partir das narrativas das crianças e adolescentes que ali vivem, é uma maneira de afrontar a segregação e o individualismo que estamos inseridos cada dia mais.

1.3 OBJETIVOS

O presente trabalho visa conceber, executar e avaliar uma atividade de Mapeamento Coletivo Pedagógico com as crianças e adolescentes do projeto da Casa dos Cata-Ventos, inserida na Vila Cachorro Sentado, Zona Leste de Porto Alegre - RS - Brasil.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1) Elaborar, analisar e discutir uma prática de Mapeamento Coletivo com fins pedagógicos através das representações geradas coletivamente por crianças e adolescentes, enfatizando as suas representações e seus significados.

2) Estabelecer um diálogo dessas representações com a dinâmica territorial da vila.

3) Retornar esse mapa aos oficinairos³ para que mais histórias sejam contadas, mais lembranças aflorem e mais partilha haja em torno do coletivo, a fim de minimizar as condições de extrema vulnerabilidade a que aqueles indivíduos estão expostos.

4) Oferecer às crianças e adolescentes essa atividade como prática pedagógica, a partir de um mapa geral produzido por mim e balizado no uso de imagens de satélite.

³ Termo utilizado ao longo de todo trabalho para fazer referência ao grupo de crianças e adolescentes que participaram da oficina de Mapeamento Coletivo.

2 TERRITÓRIO

O termo *território* é empregado em diversos aspectos e, se refere também, a diferentes contextos e entendimentos. Para a Saúde Coletiva e para a Psicologia percebo o uso desse termo basicamente para designar o local de intervenção ou de trabalho que se quer mencionar. Ou seja, o território como aspecto físico, no sentido de delimitar algum espaço e referir-se a esse como território. Sob o aspecto geográfico, no entanto, a literatura converge para grandes reflexões acerca do termo. Segundo Sack (1986), a territorialidade está intimamente ligada às formas pelas quais as pessoas usam o espaço e nele se organizam, ou seja, como elas dão sentido ao lugar. Não se pode, no entanto, determinar o território como uma simples delimitação de um espaço, justamente porque as pessoas que o constituem são carregadas de intencionalidade e de poder e as relações sociais estabelecidas nesta transmissão são o que constituem aquele espaço como território.

A interação humana, o movimento e o contato são uma questão de transmissão de energia e informação com o objetivo de afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o seu acesso a recursos. Relações humanas espaciais são resultado de influência e poder. A territorialidade é a forma espacial primária assumida pelo poder (SACK, 1986, p. 26).

Em *Human Territoriality: Its theory and history*, Sack afirma que a territorialidade humana é muito mais do que uma mera manifestação instintiva. Ela é “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p. 19). Segundo Raffestin (1993), o território não se resume ao espaço físico, depósito material de recursos. É, sobretudo, o resultado de um programa intencional, ou seja, da aplicação de energia e de informações para a implantação de estratégias adotadas por atores sintagmáticos que produzem este território. O território é, então, ao mesmo tempo um sistema físico e sêmico (pois a comunicação se dá pela linguagem e por símbolos), permeando as relações entre pessoas e o espaço. Essa relação contribui para a definição dessa relação, mas também acaba por ser definido por elas. O território, portanto, se constitui no âmbito da ação onde os indivíduos exercem sua territorialidade, ou seja, o território não pode ser definido

simplesmente pela delimitação ou demarcação de um espaço geográfico, mas sim quando essas demarcações são utilizadas justamente para influenciar/ moldar pessoas; controlar recursos e estabelecer poder. Para Sack (1986, p. 19), “Diferentemente de outros tipos ordinários de lugar, territórios exigem constante esforço para o seu estabelecimento e manutenção”.

Já o conceito de espaço para Santos (2006, p.12), é “[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações [...]” que apresenta o território constituído de conteúdo e forma, que são inseparáveis. Santos afirma que intencionalidade, a paisagem e a técnica - elemento intermediador da relação entre homem e natureza - afasta do conceito de territorialidade de um sentido etológico, comumente associado, nas ciências biológicas por exemplo para tratar da demarcação territorial; essa associação do termo, para Santos (2006, p. 264) é “perigosa e esterilizante”. Essa relação entre espaço e território também é abordada na obra de Raffestin (1993, p. 144), onde para o autor o território “[...] se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço [...]”, isto é, se apresenta como resultado das ações praticadas por agentes que ao se apropriarem do espaço “territorializam” o espaço.

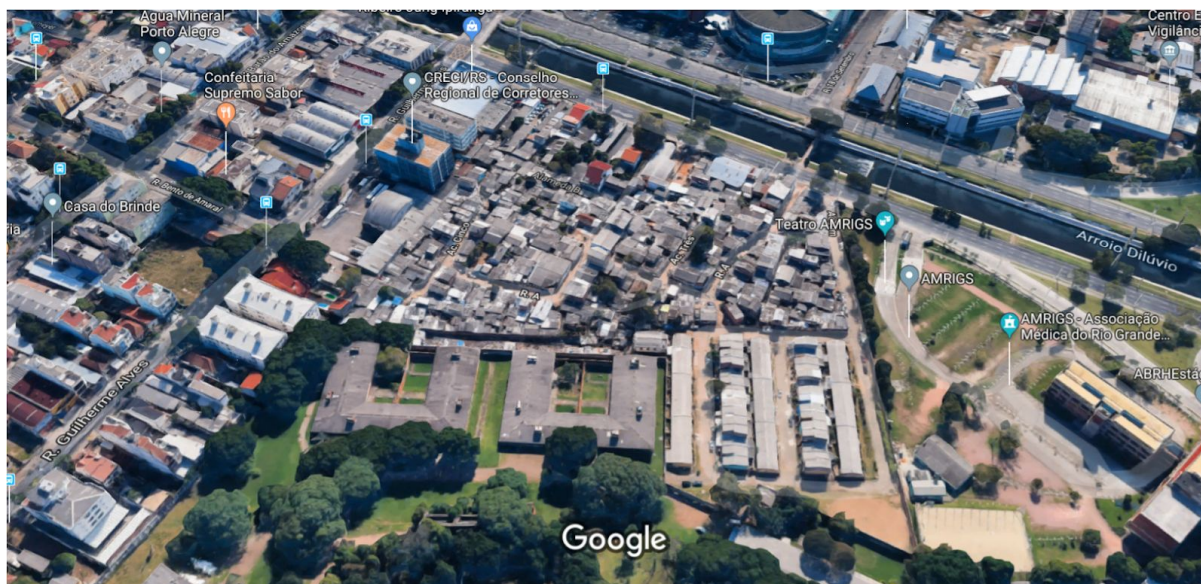
2.1 A VILA

A Vila São Pedro é um território da zona leste de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Situada às margens da Avenida Ipiranga - uma das principais vias de ligação entre o centro e a zona leste de Porto Alegre - está inserida em uma região valorizada da capital gaúcha, tendo nos arredores alguns importantes pontos de referência tais como o *shopping center* Bourbon Ipiranga, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Associação Médica do Rio Grande do Sul, bem como a Terceira Perimetral.

Há pouco material escrito sobre a história de ocupação desse espaço, assim como referências dos atuais números em relação a quantidade de famílias que ali vivem. Descrever esse território é possível, então, a partir de vivências próprias, observações e o que absorvi das experiências acerca da vila. Ao buscar materiais fotográficos para inserir neste capítulo, percebi o quão forte é o posicionamento de grande parte da mídia em relação à territórios periféricos. Essa acaba por estigmatizá-los ao retratar e vincular matérias jornalísticas

basicamente a imagens de tráfico (apreensão de armas e drogas, bem como a detenção de pessoas), de lixo e de incêndios.

Figura 1 - Imagem de satélite da Vila Cachorro Sentado.



Imagens ©2019 Google, Imagens ©2019 CNES / Airbus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2019 20 m

Fonte: Google Maps.

Frequento essa favela desde o ano de 2015, muito antes de ingressar como bolsista de extensão do projeto da Casa dos Cata-Ventos. Tenho alguns amigos que são moradores da Vila São Pedro e lá me receberam em inúmeros momentos, como aniversários, confraternizações e encontros. Nossa relação se deu a partir da entrada dessas pessoas em uma torcida organizada da qual faço parte, de um clube de futebol, o Sport Club Internacional. No contexto das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos que compõem a torcida em questão, é imprescindível ter confiança, bem como cultivar amizades entre os integrantes, pois nesse contexto um membro é responsável pelo bem estar alheio e o cuidado com o outro. No final desse mesmo ano, frequentei aquele território pela primeira vez, tendo como anfitriões esses amigos os quais nos receberam em um bar que, hoje, é um grande galpão de reciclagem e armazenamento de resíduos. O Bar do Malandro foi um tradicional ponto de encontro desse grupo de amigos da torcida organizada, ou seja, tive a oportunidade de estar no território por diversas vezes a partir do fim do ano de 2015. Sempre que visitava aquela favela me chamava a atenção o “enclave social” instaurado naquele território e como isso afetava a vida daquelas pessoas por ser um lugar degradado, vulnerável

social e economicamente, onde viviam indivíduos privados de direitos básicos, com baixíssima renda e carentes de serviços públicos.

Segundo um estudo realizado por Weber (2012), os homens daquele território, na grande maioria analfabetos, além de catadores e papeleiros, são guardas noturnos, vigilantes e auxiliares na construção civil. Já as mulheres, quando trabalham, são faxineiras. Alguns dos jovens completam suas rendas com a prática de roubos e homens e mulheres, de diversas idades, praticam a mendicância. Também conhecida popularmente por Vila Cachorro Sentado (VCS) possui como principal atividade econômica o trabalho com reciclagem e o comércio de resíduos sólidos. Em um estudo realizado por Santini (2007), em um território que se assemelha ao do presente trabalho, a autora coloca:

Na favela, antes da função, é a expressão que determina o território e sua marcação é dimensionada pelo ritmo e não pela medida, ou seja, pela diferença e não pela repetição. As passagens são os espaços circundantes onde se dão os encontros e os desencontros. Esta relação não é explícita porque as bordas são borradas e indefinidas e tudo está incluído na exclusão; o beco é uma extensão da casa e esta uma extensão do beco, e o resultado é uma relação que se dá entre espaço semi-público e semi-privado. Assim, como extensão das moradias, o beco é o lugar de sentar, de comer, de discutir; o lugar para o livre transitar do corpo e do carro que o dimensiona, o carrinho do catador – um veículo à tração humana. Através dos elementos que compõem este universo – rua, lixo e favela – os moradores potencializam um novo projeto de ordem, acrescentando novos elementos ao conjunto cultural da sociedade, de forma que aquilo que parece desordem é na verdade um outro tipo de ordem regida por uma lógica temporal e particular (...). (SANTINI, 2007, p. 66)

Diariamente, o fluxo dos produtos advindos da reciclagem e seus resíduos é intenso, logo pela manhã existe uma grande circulação de veículos que fazem o transporte desse tipo de material. Diversas casas e galpões servem como depósitos que armazenam esses produtos e subprodutos que vão e vem de outros territórios. A situação da vila é visivelmente degradada, justamente por receber e trabalhar com o lixo em si, e se vê também uma má destinação desses resíduos, que acabam por ocupar as ruas e becos. No entanto, segundo Santini (2007), é visível que todo esse material já usado e aparentemente sem serventia, além de gerar renda, mantém em constante mudança a paisagem e composição da vila, que usa a seu favor esses mesmos materiais descartados para composição física - gaveta, porta, mesa, janela - de novos barracos, casas e galpões. Conseqüentemente, surgem novos objetos

compondo o espaço geográfico. Isso tudo é mais um produto - que pode ser facilmente percebido - de um sistema econômico atrelado à superação e à obsolescência das mercadorias e dos produtos econômicos, sendo um reflexo do esvaziamento do próprio ser humano.

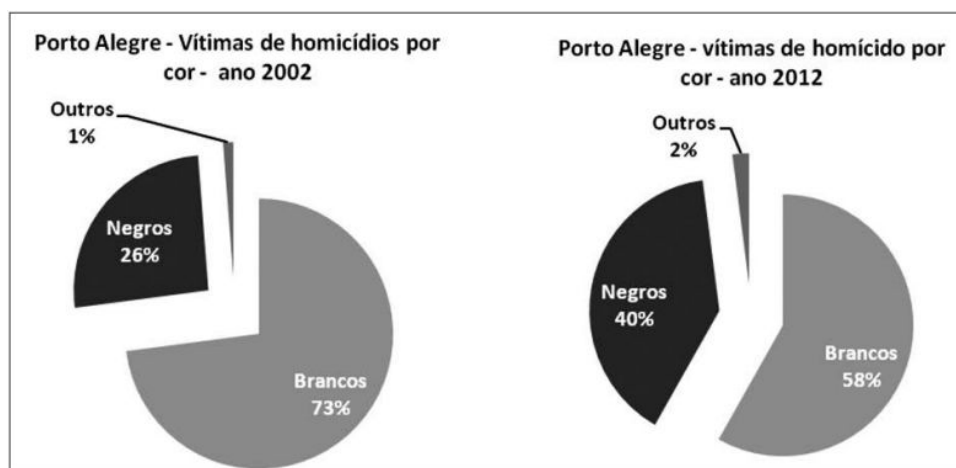
Segundo Weber (2012), no ano de 2002, foi inaugurada a chamada Morada São Pedro - mais tarde renomeada para Vila São Pedro - que iniciou com oito pacientes egressos do Hospital Psiquiátrico São Pedro a partir do movimento de Reforma Psiquiátrica. O projeto inicial estabelecia a construção de 36 casas assistenciais como projeto arquitetônico idêntico. Cada moradia seria capaz de abrigar até quatro pessoas e foram construídas em uma área localizada entre a Vila Cachorro Sentado e o Hospital Psiquiátrico São Pedro.

A VCS é uma área de ocupação em um bairro de classe média e os registros de primeiros moradores daquele território são de 1974, onde essa população se instalou e desde então constitui um reduto social altamente fragilizado e discriminado pelos grupos sociais dominantes. As famílias iniciaram um gradual crescimento populacional na VCS, evidenciado a partir da década seguinte, em um estudo realizado por antropólogos que se empenharam em construir distintos modelos de vida social daquela população na direção de fugir da lógica moderna atuante. Fonseca (2000), constatou um isolamento no que diz respeito aos moradores da Vila Cachorro Sentado, pois esses grupos sociais se identificam e reforçam tal isolamento e exclusão ao tratar de “nós” como pobres. Nesse mesmo estudo, a autora traz que a questão racial também é visivelmente estigmatizante, principalmente ao fazer um comparativo com o bairro em que estão inseridos, onde o contingente populacional de não-brancos está entre 5 a 10%, enquanto na VCS chega a 60%.

A questão racial instaurada nesse território reverbera diretamente na vida daqueles sujeitos e é reflexo da desigualdade socioeconômica brasileira. Nesse país, por mais de três séculos se praticou legalmente a escravidão, sendo a desigualdade citada anteriormente, uma herança desse processo arraigada em nossa sociedade ainda hoje. Segundo Endo (2005), a mortalidade de jovens brasileiros é extremamente elevada e vítima grande parte de jovens negros e pobres. Para o autor, as estatísticas a respeito da população carcerária estigmatizam e fortalecem o cenário excludente dessa população e pode ser vista no cotidiano de segregação, subordinação, escassez de oportunidades, pobreza, entre outros. Para Waiselfiz (2013), a população negra em especial os homens entre 15 e 29 anos, são as principais vítimas dos processos de criminalização, violência policial e violência letal.

O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014), elaborado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Segurança Urbana e Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre constata que a presença negra em espaços de exclusão é sempre superior à proporção de negros na cidade. Esse fato impõe, além de condições precárias de acesso a direitos, também uma seletividade estatal que contribui para a construção de processos de criminalização. O estudo aponta que 39,2% (111.802) da população negra vive em bairros vulneráveis da cidade, como Restinga, Sarandi, Santa Tereza, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro e Mário Quintana; em contrapartida somente 0,59% (1,7 mil) reside em bairros como Moinhos de Vento, Bela Vista, Higienópolis, Boa Vista e Mont'Serrat.

Gráfico 1 - Vítimas de homicídios por cor, em Porto Alegre. Anos de 2002 e 2012.



Fonte: Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014).

No ano 2002 o percentual de vítimas negras sobre o total das mortes era de 26%, aumentando para 40%, 10 anos mais tarde. Em contrapartida, o número de vítimas brancas em 2002 representava 73%, diminuiu para 58% do total. Outro dado relevante do estudo é que 93,3% das vítimas negras de homicídio pertenciam ao sexo masculino. No entanto, jovens negros entre 12 e 29 anos representaram 46,6% do total de vítimas. Ou seja, além da população negra proporcionalmente possuir maior probabilidade de ser vítima de assassinato, no caso de Porto Alegre, essa chance é ainda maior entre os jovens do sexo masculino.

2.2 A CASA

A Casa dos Cata-Ventos é um projeto de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculado ao Instituto da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Instituto APPOA) e com a Associação de Moradores da Vila São Pedro. Sustenta-se, pois, na possibilidade de toda criança acessar seus direitos fundamentais (Gageiro & Torossian, 2016).

Figura 2 - Foto feita no pátio da Casa dos Cata-Ventos. Vista da fachada.



Fonte: Leonardo Felipe.

Das centenas de crianças que vivem na Vila Cachorro Sentado, muitas já fizeram parte dos turnos da Casa, que por meio da intervenção com brincadeiras, contação de histórias e conversas, sustenta um espaço de escuta balizada pela lógica e operação psicanalítica. Nesse contexto, a Casa-dos-Cataventos exerce um papel de extrema importância, inserindo naquele território um trabalho demarcado pela clínica psicanalítica permeando as situações sociais cotidianas que ali se passam.

Figura 3 - Foto tirada no mesmo local da anterior, porém, de costas para a fachada da Casa. O veículo abandonado compõe há anos a paisagem desse recorte do território e serve para que as crianças possam pular o portão que dá acesso ao pátio.



Fonte: Leonardo Felipe.

O trabalho se endereça às crianças e aos adolescentes e acaba por atender juntamente com a rede de assistência do território. Ou seja, o trabalho se estende, não raras vezes, às famílias desses jovens, quer por meio de um diálogo mais direto, quer em uma intervenção periódica como nos casos de Acompanhamento Terapêutico, realizado por estagiários, residentes ou membros da equipe fixa. O Acompanhamento Terapêutico - AT - é uma prática embasada nos conceitos principais da psicanálise, o qual permite, através da aproximação de um profissional da área com o sujeito em questão, produzir uma análise das condições comportamentais e mentais para que possa se ter um maior entendimento das condições psíquicas daquele que é acompanhado. O AT costuma também oferecer auxílio em outras demandas como escola, atendimento médico, proteção e resguardo tutelar. Nesse sentido, a Casa, como define Beltrame (2013. p. 39):

Não é um espaço de recreação; ainda que o brincar seja parte essencial do nosso fazer. Não é um serviço de contraturno escolar, tão comum na rede

sócio-assistencial; conquanto tenhamos um olhar sobre as necessidades socioeconômicas da população que atendemos e nos preocupemos com a garantia dos seus direitos. Não é um consultório psicanalítico; por mais que nossos atos estejam balizados por sua ética.

A Casa dos Cata-Ventos carrega em sua essência a proposta de se inserir no território como um dispositivo experimental muito mais do que uma simples aplicação de modelo, sustentando sua ética através da psicanálise e seus conceitos. Segundo Torossian e Gageiro (2016), fala, linguagem, transferências, ação e agressividade se destacam como operadores de uma práxis que interfere diretamente na produção de subjetividade, fortificando a postura do projeto de enfrentar à violência.

3 A PRÁTICA

Nesta seção irei discorrer sobre como se deu a preparação e a realização da oficina de Mapeamento Coletivo da Vila Cachorro Sentado. As questões que antecederam a oficina, as reuniões com a equipe de trabalho, bem como o relato da prática do Mapeamento Coletivo como ferramenta pedagógica com as crianças e adolescentes do projeto, serão apresentadas neste capítulo.

3.1 OFICINA DE MAPEAMENTO COLETIVO COM OS JOVENS DO PROJETO DA CASA DOS CATA-VENTOS

Tive muitas incertezas acerca do trabalho prático e de seus desdobramentos, da oficina de mapeamento coletivo. Ao preparar a atividade, fui tomado por um sentimento muito interessante no aspecto analítico, talvez comum ao que pode representar o início de um trabalho prático, onde quer queira ou não, se espera algum retorno daquela atividade por parte dos jovens. Retorno que por não raras vezes - durante os turnos de brincadeira e de contação de histórias⁴ - não existiu ou se deu de outra forma nessa relação com as crianças e adolescentes do projeto e as atividades propostas. O fato é que a parte prévia do trabalho gerou muita expectativa e, ao mesmo tempo, muitas dúvidas e incertezas no que diz respeito à atividade.

Primeiramente, me movo na direção de como eu poderia explicar para aqueles jovens algo que compreendessem facilmente. Penso em questões cotidianas, do dia-a-dia da Vila São Pedro ou algo no sentido do ambiente escolar. Será que eles em algum outro momento já tiveram contato com algum material cartográfico? As crianças e adolescentes teriam experiências suficientes para compreender o movimento espacial necessário para que se localizem naquele princípio de mapeamento e, posteriormente brincar em localizar e representar os pontos/ elementos levantados?

⁴ A Casa dos Cata-Ventos divide suas atividades em turnos ao longo da semana: os plantonistas ou cataventeiros (como são chamados os componentes da equipe de trabalho) são responsáveis pela realização do turno de brincadeiras com adolescentes, turno de contação de histórias para crianças e adolescentes e o turno de brincadeiras com as crianças. Ainda, aos Sábados, essa mesma equipe, acompanha um professor de Capoeira que ministra aulas aos jovens da Casa.

Esses foram alguns questionamentos que me acompanharam na parte prévia do trabalho, onde me deparei com diversas realidades quer de idade, quer de desenvolvimento cognitivo e mental. Grande parte das crianças que frequentam o projeto possuem vínculo com alguma escola, a grande maioria na Zona Leste de Porto Alegre. Algumas crianças que frequentam o projeto, de um modo geral, apresentam um certo distanciamento do ambiente escolar, fato que é seguidamente relatado e debatido em reuniões de equipe, que recolhe informações acerca das crianças e adolescentes que frequentam o projeto, como: escola, turno, ano e idade. Possuir um vínculo e uma matrícula efetivada, entretanto, não garante que esses jovens frequentem a escola. Dias nublados ou chuvosos, não ter quem os leve até a escola, tarefas domésticas e cuidar dos irmãos mais novos, são motivos bem comuns para a evasão escolar, principalmente é o que se ouve dos próprios jovens do Projeto no dia-a-dia. Estar na Casa dos Cata-Ventos em um dia ou turno em que se tem aula, por exemplo, é bem comum por ali. Questiono-me então, em um primeiro momento, se a precária relação com a escola poderia significar um impedimento da realização da atividade.

Diante desse cenário, busco ser efetivo em minha intervenção para que todos possam compreender. Estava ali um grupo muito heterogêneo, de 4 a 10 anos. Essa preocupação foi passada em reunião com a equipe de colegas que me acompanhou na oficina, onde deixei claro que o objetivo final do trabalho não era se o mapa estaria fiel com a imagem de satélite, por exemplo, mas que aquelas crianças e adolescentes fossem capazes de fazer um movimento de posicionamento, de recorte espacial e de escala, para se colocarem em uma perspectiva que não estavam acostumados, pois assim estariam representando seu território e seus lugares a partir de suas memórias, brincadeiras, circulação cotidiana e suas histórias. Segundo Risler & Ares (2013), o mapeamento coletivo é uma ferramenta que mostra o momento instantâneo no qual foi realizado, mas não corresponde de maneira íntegra a uma realidade territorial que é sempre problemática e complexa.

Direciono minha intervenção com o dispositivo da contação de histórias para que elas possam se inserir no território partindo de um outro contexto, com um outro olhar, de um outro lugar: de cima. A contação de histórias permite que as crianças se agarrem em diversos símbolos e interpretações de mundo para si. Ela busca através de um ambiente de leitura, escrita e brincadeiras como dispositivo da clínica psicanalítica, promovendo estratégias de inscrição cidadã, de organização e empoderamento comunitário.

Utilizo a história *A Festa no Céu*, um conto popular que fala de uma notícia que se espalha na floresta e que deixa todos os animais bem animados, uma festa no Céu. Porém foram convidados apenas animais capazes de voar. Uma tartaruga que vivia no brejo estava dizendo a todos os animais que ela iria ao Céu e não perderia jamais essa grande festa. Fato é que a Tartaruga virou motivo de piada e todos caçoavam dela, dizendo que ela se move muito lentamente e nunca seria capaz de voar e chegar até a festa. Os dias passaram e então, se aproximando a grande festa, a Tartaruga bolou um plano e, enquanto o Urubu descansava, já que se encarregou de ser o músico da festa, a tartaruginha se escondeu dentro da viola do Urubu e pegou uma carona até o céu. Às escondidas, em determinado momento ela sai da viola e todos ficam impressionados de ver que a Tartaruga estava lá e cumpriu com sua palavra. Ao retornar, da mesma maneira, escondida na viola, dessa vez o Urubu percebe algum movimento estranho e durante o voo balança a viola a fim de retirar o tal incômodo. Infelizmente a Tartaruga cai de muito alto e quebra todo seu casco. Comovidos com o estado da Tartaruga, os animais que não foram à festa colam seu casco. Isso explicaria o porque daquele desenho bem característico.

Enquanto conto a história, reunidos ao redor do mapa, muitos já imaginam o que estão vendo, aquelas linhas pretas, sem quase nada escrito, dão indícios de que seus olhares estariam a partir dali, direcionados a um outro plano, o plano cartográfico. Os jovens então, estabelecem um laço simbólico e lúdico representado na figura daqueles animais. Utilizo essa visão do sobrevoos dos animais que estão no céu como uma ferramenta pedagógica geográfica.

Quarta-feira de sol na capital gaúcha. Na Vila São Pedro as crianças estavam a semana toda sem turno por conta da Semana Acadêmica na qual estavam participando alguns cataventeiros, inclusive eu. Auxiliado por três colegas - uma residente em Saúde Mental Coletiva, uma psicóloga e uma estagiária de psicologia -, fomos à Casa especialmente para propor a atividade de mapeamento coletivo com as crianças da vila. Como em todos os turnos, não sabemos previamente a quantidade de jovens que estarão presentes, bem como suas respectivas idades.

Início minha fala, com as crianças já agrupadas ao redor da mesa, deixando claro que tudo aquilo seria parte de um trabalho que estou desenvolvendo para finalizar minha graduação e que eles teriam parte nisso, tudo aquilo que se produziria seria fruto do trabalho deles e que muita gente iria ver como eles são capazes de desenvolver um mapa do território

a partir das suas memórias, experiências, brincadeiras, etc. Noto que a minha fala vai gerando neles uma expectativa no sentido de descobrir o novo, de estar diante de algo que nunca tiveram contato ou que nunca ouviram falar. A concentração e a energia que estava sendo empregada por parte deles me encantou e me surpreendi positivamente desde o início com esse estado de atenção, pois o dia estava ensolarado e ao entrarmos na vila, já haviam convites dirigidos à equipe para brincar de diversas coisas. Em seguida, explico justamente que a tarefa não envolvia brincadeiras corporais ou mais ativas, como normalmente acontece nos turnos de quarta-feira, como: a de brincar no balanço, de jogar bola, de pular corda e de brincar de pega-pega. Completo dizendo que quem quisesse participar deveria estar tranquilo e atento às instruções. Reafirmo que o que se esperava deles era que ativassem suas memórias e recordações daquele território para que pudessem fazer um mapa minimamente fidedigno. Para que alguém que nunca tivesse tido a oportunidade de conhecer a Vila, conseguisse, apoiado no mapa, encontrar os principais pontos daquele território.

Figura 4 - Introdução da oficina de mapeamento coletivo

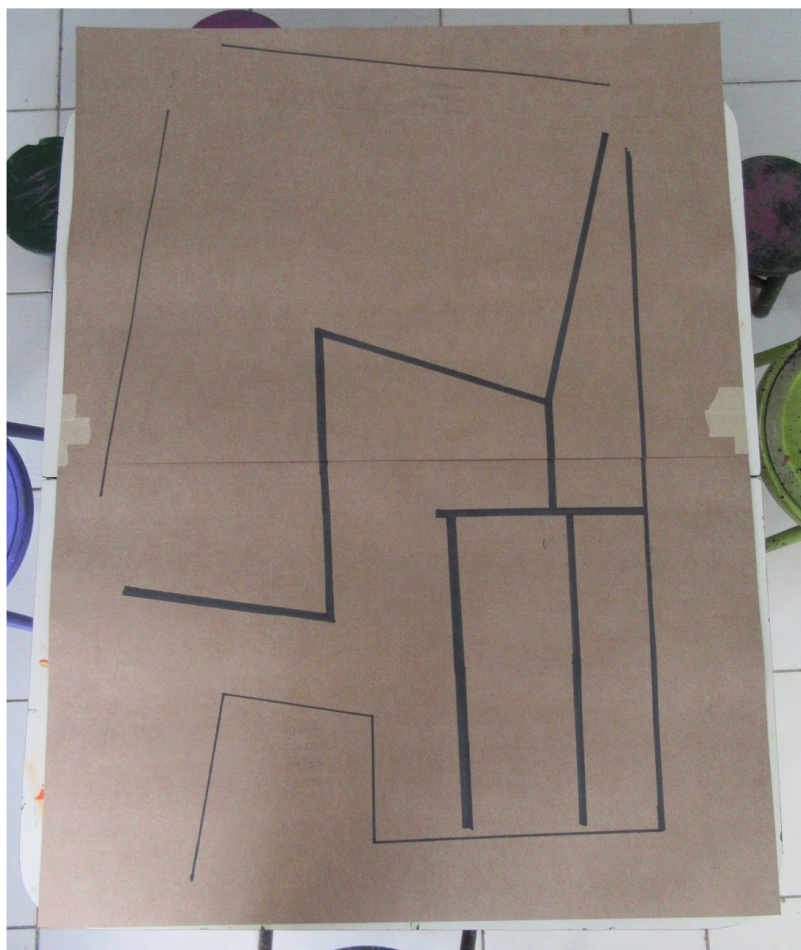


Fonte: Cataventeiros.⁵

⁵ Fotos tiradas pela equipe que me auxiliou no desenvolvimento da Oficina de Mapeamento Coletivo Pedagógico.

Levo um mapa, ou melhor, um traçado dos limites da vila e a sua entrada principal e secundária, ambas sinalizadas. Assim como as avenidas Ipiranga e Guilherme Alves também destacadas em um papel *Kraft* (120 cm x 96 cm).

Figura 5 - Mapa inicial que foi apresentado aos oficinairos.



Fonte: Leonardo Felipe.

A partir disso lhes apresento, de forma bem didática e mais lúdica possível, a "visão de pássaro" sobre a vila. O mapa não é o território. Segundo Risler e Ares (2013) o mapa oficial é uma imagem estática a qual escapa a permanente mutação e as mudanças a que estão expostos os territórios. O mapa não contempla a subjetividade dos processos territoriais, suas representações simbólicas ou os imaginários sobre o mesmo. São as pessoas que ali vivem que realmente criam e transformam os territórios, os modelam desde o diário habitar, transitar, perceber e criar.

3.2 MAPEAMENTO DIALOGADO

A tarefa de cartografia social exigiu uma preparação/ instrução prévia numa pequena reunião com as 3 colegas de trabalho, bem como um limite de crianças que iriam entrar na Casa-dos-Cataventos, naquela manhã. Nessa breve reunião expliquei no que consistia um mapeamento coletivo, conversamos acerca da tarefa que cada cataventeiro iria desempenhar e o que se esperava daquela oficina. Para realizar o trabalho, então, estaríamos inicialmente entre 4 cataventeiros e 15 participantes. Com a atividade em andamento, entraram mais duas crianças, totalizando 17 oficineiros.

Uso o dispositivo da contação de história para servir como gatilho, onde cada criança, percebendo a necessidade de avistar o território a partir de uma outra perspectiva, começa a se identificar com algum personagem que voe:

"Sor, e se eu não quiser ser um passarinho mas sim uma pomba?";

"Eu quero ser uma garça, igual aquelas ali do arroio dilúvio!";

"A, mas eu gostaria de ser uma águia porque assim vejo melhor minha casa...".

E assim, vão se identificando com os animais e ao mesmo tempo sendo capazes de fazer esse movimento de escala e de visualizar o espaço geográfico de outra maneira, de cima. O passo seguinte foi provocá-los no sentido do mapeamento:

"Agora, eu quero saber dentre todos vocês quem conhece melhor e quem sabe mais da vila: Onde moram? Onde estão os mercados e os bares? Onde está a Casa? O que mais tem de mais legal aqui na Vila?".

Muitos dizem que sabem muito pois nasceram ali e são capazes de mapear completamente aquele território. Os mais velhos já iniciam um processo de mapeamento dialogado, digamos assim, um corrige o outro no sentido de posicionamento espacial de alguns elementos do mapa (os lugares). Inicialmente, com a finalidade de indicar e lhes dar as mínimas condições de mapeamento, sinalizo e escrevo onde está representada a avenida

Ipiranga, que já estava traçada, contudo sem o nome escrito. Registramos esse nome como primeiro passo, em seguida surge a entrada da vila. A partir daí, o mapeamento foi todo fluído e sem grandes interferências, no sentido de não forçar ou atravessar suas memórias em relação àquele espaço. Pensar nos desdobramentos de minha provocação inicial, onde os oficinairos exercem uma espécie de competição por demonstrar quem possui um maior conhecimento da Vila Cachorro Sentado, me faz refletir sobre a espacialidade e sobre a inserção daqueles sujeitos a uma reafirmação daquele território como seu, fato que pôde ser observado durante vários turnos anteriores.

Um movimento interessante que se observa a partir do mapeamento coletivo é que surgem naturalmente algumas dúvidas e debates coletivos em relação à real localização de elementos componentes do território como: bar, o campinho, a AMRIGS, e becos que até então não estavam mapeados. Percebo algumas crianças extremamente atentas e envolvidas com aquela tarefa, que logo vão apontando elementos constituintes do território de maneira muito interessante e rápida, praticamente apontam todos os pontos principais, bem como as entradas e as saídas da comunidade. Outras, ainda apresentam alguma dificuldade para se localizarem naquele mapa, o que é normal já que não havia ali um grupo homogêneo no que se refere principalmente a idade: crianças de 4 a 10 anos.

Figura 6 - Debate quanto à localização e a distribuição espacial dos elementos (lugares apontados pelos oficinairos). Referente ao mapeamento inicial, o momento 1.



Fonte: Cataventeiros

3.3 REPRESENTANDO-SE

Aqui aparecem importantes questões acerca do trabalho prático da oficina: todos optaram por desenhar suas casas e, ninguém desenhou em um primeiro momento, apesar de estar sinalizada por eles no mapa, à Casa dos Cata-Ventos. A ideia de representarem suas próprias casas surgiu após eu lhes questionar, onde no mapa, estava localizada a Casa dos Cata-Ventos. Foi nesse momento que um menino percebe que, no plano cartográfico, sua casa estaria bem próxima a Casa-dos-Cataventos e esse movimento produziu no coletivo um desejo de todos quererem representar suas próprias casas.

A atividade foi desenvolvida em dois momentos: o primeiro com a introdução da oficina, numa conversa sobre o assunto e a utilização da contação de histórias como dispositivo prático de introdução ao mapeamento. Ainda no primeiro momento, mas já

debruçados sobre a parte prática da oficina se dá o mapeamento dialogado (onde surgem os pontos e elementos, bem como os debates sobre a localização dos mesmos). Já o segundo momento inicia a partir da representação - em pequenas folhas coloridas e recortadas, 6 cm x 10 cm - dos pontos que foram levantados coletivamente. Assim, cada oficinairo fica encarregado da tarefa de, individualmente, representar alguns dos pontos que surgiram no momento 1 e que serão colados no mapa ao final da oficina. Minha proposta era a de que a atividade fluísse de modo que eu interferisse o mínimo possível nas questões de escolha de elementos cartográficos bem como na representação dos mesmos.

Figura 7 - Representação dos elementos levantados pelos oficinairos.



Fonte: Leonardo Felipe.

Vale ressaltar que a atividade na teoria é um tanto quanto distinta da prática, havendo questões que interferem em alguns sentido. Crianças muito pequenas que estavam sendo acompanhadas pelos seus irmãos mais velhos mas não se envolveram tanto com a atividade. Bem difícil também foi seduzi-los, para que ficassem dentro da Casa, com um dia de céu azul e bastante calor.

Reconheço que algumas questões importantes que não fui capaz de dar conta, apesar de percebê-las. Outras previ e, contudo, não aconteceram: pensei que no momento de representação, por exemplo da Casa-dos-Cataventos iria acontecer uma disputa para ver quem teria o “desenho oficial” colado no mapa e, como disse anteriormente nenhuma criança no primeiro momento se interessou em desenhá-la.

Algo que nunca pensei sobre, mas que reconheço que pode ser um sentimento muito comum entre as crianças, a angústia em representar sua casa, em todos os aspectos que possa trazer: o lar, a morada, os pais. Falo especialmente de um menino de 9 anos que após acabar seu desenho referindo-se a sua casa, se senta no chão, excluindo-se do grande grupo. Percebo e o chamo, ele não atende e diz que não aconteceu nada. Uma colega se dirige a ele e realiza uma intervenção que, conversando no pós turno me explana a situação e os sentimentos de angústia do menino em tratar desse assunto. Me mostra então um desenho "não oficial" que ele deu à uma cataventeira onde ali está a representação de sua casa, de uma outra casa, que não é a dele mas que chama de sua, quiçá uma casa ideal para o menino, onde há 4 quartos e uma escada que daria acesso para o segundo piso. Bem distinta da realidade descrita pela criança anteriormente, onde havia uma cama onde dormem mãe, o menino e seus 3 irmãos, seu pai está encarcerado.

Ao mesmo tempo que isso me provoca alguns sentimentos ruins, no sentido de perceber o desamparo daquela criança, é muito interessante a representação do ideal ou do desejo naquilo que se chama de casa, tem muito do que se espera desse lugar de morada ou acolhimento. Pensar em um lar se mostrou também como um lugar que está conflitado não só física e estruturalmente mas no sentido da falta do afeto ao enxergar seu lar, da saudades de seu pai, de um lar que se mostra fragilizado no momento. O afastamento do menino em relação ao grupo de oficineiros me fez refletir sobre a conceituação teórica e o que se pode entender, sob a ótica geográfica, sobre o termo *casa*. Discutirei na Análise dos Resultados essas questões.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo irei discorrer sobre o que foi possível pensar e atrelar às representações utilizadas pelos oficinairos na atividade de mapeamento coletivo. Em relação à oficina, o que penso ser o ideal em relação à continuidade da construção coletiva, no sentido de pensar em um segmento onde esse mapa retorna aos oficinairos, em um primeiro momento para modificar e fazer alterações que desejam e posteriormente, para que sirva como material cartográfico para comunidade ou ferramenta pedagógica. Irei, no entanto, ao final deste trabalho, esclarecer os motivos que impediram essa continuidade e seus respectivos desdobramentos territoriais.

Segundo Acselrad e Coli (2008 pg 13), os mapas como representações cartográficas da realidade, na verdade se apresentam como abstrações do mundo evidenciando e defendendo algum ponto de vista. Ainda, segundo esses autores, o imaginário cartográfico bem como as representações do território buscam expor um recorte do real para assim descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo. As representações cartográficas positivistas e hegemônicas, contudo, foram movidas na direção da subordinação aos imperativos territoriais decorrentes dos sistemas políticos que as reclamavam e justificavam.

Basicamente, o que se pode obter de uma atividade de mapeamento coletivo são as representações e suas espacialidades, contudo, não é possível resumir a análise somente a esses dois aspectos. Questões mais subjetivas mas que se inserem na leitura geográfica ou questões do âmbito da análise psicanalítica, também serão consideradas e abordadas. O debate que pretendo estabelecer a seguir é na direção de refletir e expressar minhas impressões sobre as representações utilizadas por aqueles sujeitos ao recorrerem às suas memórias para tratar de seu território e de seus lugares no mesmo. Que geografias se apresentam naquelas representações e que entidades espaciais estão postas no mapa coletivo?

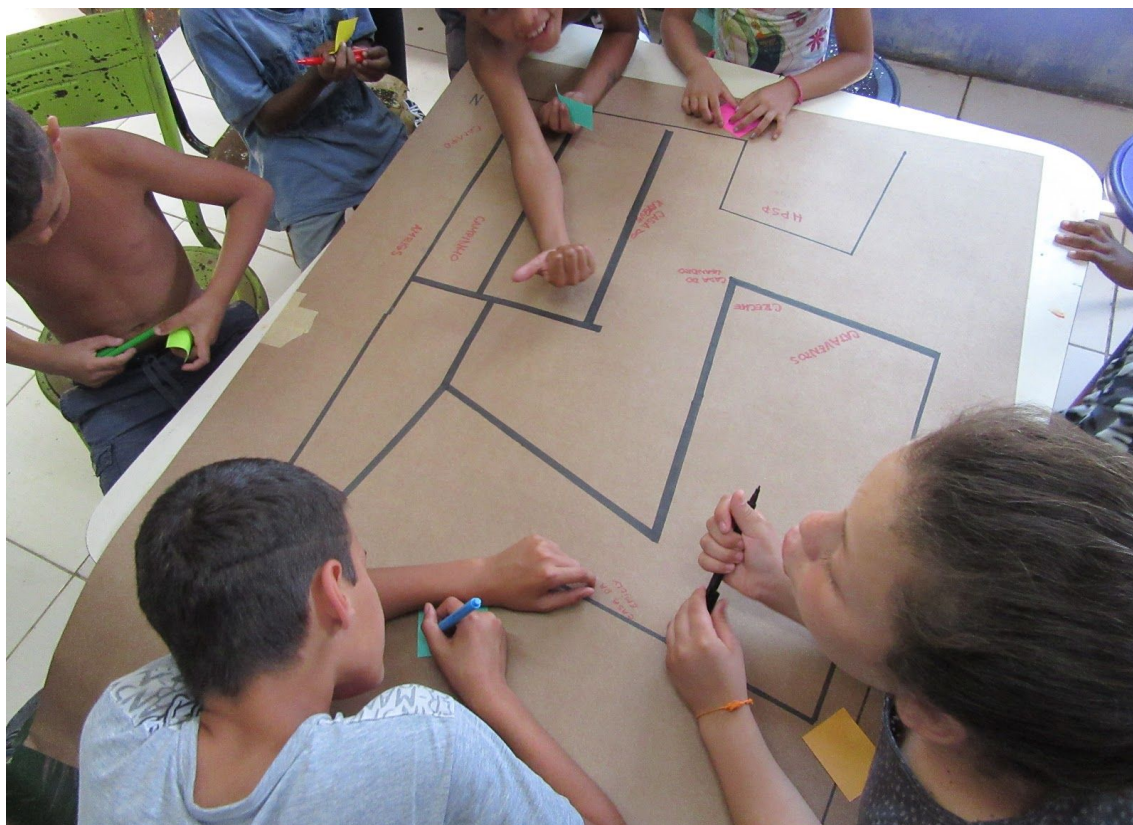
Para Acselrad e Coli (2008) o mapa, portanto, como um enunciado constatativo do real, não se ausenta da posição de performático, que infere algo sobre o real e consequentemente interfere produzindo desdobramentos sobre o mesmo. Ele não pode ser, então, um simples espelho que reflete passivamente os objetos do mundo mas um agente de interpretação de uma deliberada “verdade, em que o crer se localiza no ver” (BALANDIER, 1987).

É ao mesmo tempo perceptível e distinta a lógica universitária nas intervenções que a equipe de trabalho do projeto faz naquele território que opera em uma outra lógica, totalmente singular. A Casa é, ao mesmo tempo a representação universitária, na figura dos cataventeiros, mas também está inserida naquele território como espaço de uso compartilhado quer pelas crianças quer pela associação de moradores.

Muitos oficinairos representaram suas casas, mesmo que tenham, no primeiro momento, mapeado outros elementos do território como bares, tendas, galpões e o campinho. Nem todos elementos sinalizados e localizados no mapa foram representados, em um movimento interessante, pois percebo a importância que se estabelece para aqueles indivíduos em representarem suas casas.

Desenhar as mesmas reforça a identidade de pertencimento a um lugar e que pode remeter a coisas boas ou ruins - situações de violência, boas brincadeiras ou lembranças - mas que no fim das contas são suas, no sentido de vincular-se e de pertencer. Os oficinairos, contudo, não representaram a Casa-dos-Cataventos, será esse evento pode ter alguma relação com o fato de as crianças e os adolescentes estarem inseridos naquele lugar no momento da realização da oficina?

Figura 8 - Segundo momento da oficina onde as crianças e adolescentes estão representando em pequenas folhas coloridas os elementos que foram levantados anteriormente.



Fonte: Leonardo Felipe.

Pretendo analisar a seguir as representações dos oficinairos agrupando os desenhos por algumas semelhanças. No entanto, poucos grupos foram percebidos. Fato que se justifica a partir de um movimento individualizado e que se tornou coletivo entre os oficinairos: representar suas próprias casas. Esse impulso teve início a partir da interessante percepção de um oficinairo, que se deu logo nos primeiros momentos do levantamento e localização dos elementos constituintes do território. Ao sinalizarmos coletivamente a Casa-dos-Cataventos no mapa, um garoto percebe a proximidade dessa de sua casa. Sua vontade, então, de localizá-la e posteriormente através do desenho representá-la se estende e motiva outras crianças a fazerem o mesmo.

Quando digo então que "casa" e "rua" são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa

disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DAMATTA, 1997, p. 8)

O objeto geográfico e elemento territorialização *casa* permite diversas possibilidades interpretativas acerca do que se entende ou o que se sente ao representar sua própria casa. Representações que não correspondem à realidade da maioria daquelas crianças e adolescentes mas que foram apresentadas como se fossem suas realidades, ou talvez o que se prescreve como ser o ideal. Casas com dois pisos, com piscinas, de alvenaria, com quartos individuais, entre outras foram seguidamente representadas por alguns oficinairos.

Figura 9 - Mural composto por representações realizadas pelos oficinairos.



Fonte: Leonardo Felipe.

Em especial, trato de um caso onde o menino propõe duas representações de sua casa, uma oficial (no sentido de que me foi entregue para ser colada onde ele havia sinalizado ser sua casa, no mapa) outra que foi dada após a oficina de mapeamento coletivo, uma versão “não-oficial”. A primeira propunha uma representação de certo modo padronizada da morada,

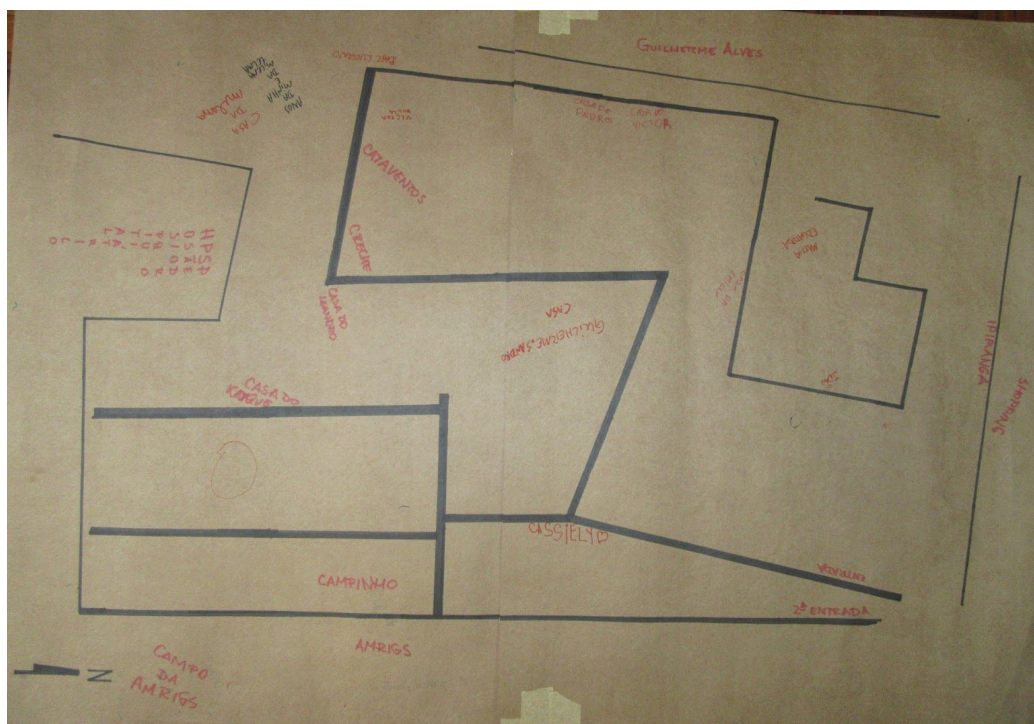
uma casa com telhado, porta e janela, junto a ela uma árvore completa o desenho do menino. Na segunda concepção de casa, certamente a aparição de elementos da ordem do ideal como: quatro quartos (um para cada filho, sem contar o quarto dos pais), uma grande escada a qual acessa ao segundo piso e uma ampla cozinha. O garoto expôs que na sua casa ideal cada criança (referindo-se a si e a seus irmãos) teria seu quarto e sua cama. Diferentemente de como se apresenta no momento da oficina onde a criança relata que sua residência possui um quarto apenas e que lá dividem a mesma cama durante as noites ele, seus três irmãos e sua mãe. No momento da atividade, o jovem relatou que seu pai se encontrava no sistema carcerário.

O menino, contudo, apresentou uma significativa mudança comportamental entre produzir a primeira e a segunda representação; ao tratar de sua casa como é na realidade, provavelmente foi atravessado por memórias, lembranças, bons momentos, incertezas e inúmeros sentimentos. Após realizar o desenho de sua casa, o menino se afastou do grupo de oficinairos, sentou-se em um canto, no chão, isolando-se da atividade, quiçá numa posição de incômodo por representar sua realidade. Quando o chamo, ele não corresponde, dizendo que está tudo bem e que prefere ficar em silêncio. Pensar no que aquela atividade foi capaz de produzir nesse sujeito é muito interessante também sob o aspecto da psicanálise. Descrever seu lugar de moradia pode remeter a inúmeras recordações e desdobramentos sobre essas lembranças. Penso que o menino, ao tratar de sua casa, trás consigo interpretações dos que estão mas também de quem não está mais, no momento. Provavelmente o intriga o fato de ter que dividir a cama com seus irmãos e com sua mãe, vide a ilustração de sua casa do plano imaginário, que possui um maior número de quartos e camas. Imagino, também, a casa no que se refere à ausência da figura paterna e, com isso todas as recordações que estão ligadas a essa figura de pai. Foi também - ao apresentar sua versão idealizada ou do âmbito do desejo - tomado por sonhos, ambição, aspiração e anseio.

Criar lugares é também criar locais de instabilidade, criar zonas de turbulência; terrenos que muitas vezes podem ser a interseção de dois ou mais terrenos formando um novo lugar territorializado. Em outras palavras, o território é composto por diversos meios ou porções de meios que foram territorializados, isto é, um território passa a existir quando os componentes de meio passam de direcionais para dimensionais, de funcionais para expressivos, criando ritmos e eliminando o contorno transitório, os limites e as fronteiras geográficas que estão sempre se modificando. (SANTINI, 2007, p. 65)

Ao realizar a oficina de mapeamento coletivo, solicito a todo momento que osicineiros recorram e se apoiem em suas memórias e seus lugares. Esse movimento faz aflorar os mais diversos sentimentos, algo que pode ser da ordem do brincar e lembrar de boas vivências, entretanto, não raras vezes os coloca numa posição de lembrar fatos ou vivências negativas acerca dos lugares que estão mapeando. Utilizo o termo lugar justamente no sentido do que foi e do que é vivido no cotidiano daquele território, ou melhor, em um recorte do mesmo. O fato de ter estabelecido uma íntima relação e a simples produção de elementos e vivências que alimentem a memória daqueles indivíduos sobre aquele espaço os coloca como agentes - passivos ou ativos - dos mesmos acontecimentos.

Figura 10 - Mapa após o momento 1, onde surgem os elementos cartográficos.



Fonte: Leonardo Felipe.

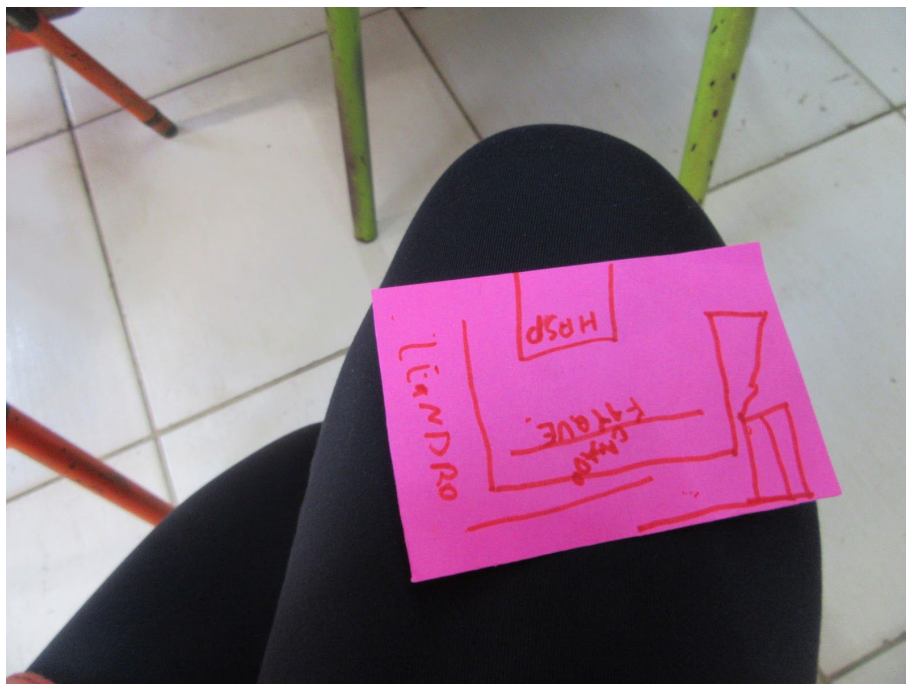
Figura 11 - Mapa finalizado, contendo as representações dos pontos levantados.



Fonte: Leonardo Felipe.

Para Risler e Ares (2013) o mapeamento coletivo é uma prática que visa quebrar barreiras e fronteiras e permite um encontro com o outro em um território de cumplicidade e confiança. É uma dinâmica em que estamos promovendo e disseminando novos paradigmas de interpretação da realidade. Segundo esses autores, “é uma maneira de produzir território, pois é a partir da instituição e renovação de formas espaciais e dos mecanismos de percepção do tempo que nutrimos e projetamos nossas ações.”

Figura 12 - Um menino fez o seu próprio mapa do território, onde aparecem as entradas principais e secundárias, o campo, alguns becos, a casa de um amigo (K.), bem como o Hospital Psiquiátrico São Pedro.



Fonte: Cataventeiros.

Reflito, então, a partir de meu papel de professor-cataventeiro enquanto um fomentador de movimentos de “conforto e desconforto”, no sentido de ser capaz de promover nas crianças e adolescentes diversas quebras, turbulências e redimensionamentos. O simbolismo do ato de atravessar a ponte da Avenida Ipiranga, vindo do local de encontro da equipe que constitui o trabalho na Casa dos Cata-Ventos, no *shopping* Bourbon Ipiranga, e chegar àquele território como um estrangeiro, por si só pode gerar em mim e nas crianças e adolescentes as mais distintas questões seja do âmbito social, geográfico ou psicanalítico. O trabalho do cataventeiro ou plantonista - quer nos dias de turno, quer especificamente nesta oficina - se multiplica a um constante agente produtor de deslocamentos.

5 CISÃO

Neste capítulo trarei alguns aspectos que levaram o trabalho para uma outra direção, assim, analisarei eles, bem como esclarecerei os motivos que, em minha concepção, redirecionaram as intervenções por um outro caminho. Com base em um relato produzido conjuntamente entre a equipe que compõe a Casa dos Cata-Ventos, irei analisar alguns aspectos relevantes desse material e estabelecer reflexões acerca desse tema.

5.1 ESSA CASA TAMBÉM É NOSSA

O trecho abaixo foi modificado de um relato produzido após um turno de atividades - meses antes de minha intervenção com a proposta da oficina - na Casa-dos-Cataventos, no ano de 2019. Esse trecho, portanto, possui elaboração coletiva, onde indico através das aspas momentos onde a fala se dá a partir da visão de algum colega de atividade. Nomes fictícios foram atribuídos às crianças e adolescentes que participaram do turno e, conseqüentemente, apareceram no relato. Os colegas plantonistas do turno, foram chamados de Cataventeiros.

A tarefa de documentar os principais fatos ocorridos nos turnos através dos relatos é uma prática da equipe e tem como finalidade gerar materiais para fundamentar as intervenções e interpretações sobre os turnos, bem como sobre os jovens atendidos pelo projeto. Além dos turnos e das reuniões, a equipe se apoia em materiais escritos produzidos em formato documental e de livre acesso para complementar e editar os mesmos, a fim de produzir um acervo que conta as experiências como também seus desdobramentos naquele espaço. Segue o trecho:

“Estamos todos dentro da casa tentando fazer com que a história⁶ prossiga mesmo que com algumas distrações ao redor, e nisso percebemos que há uma criança na janela da Casa, e que havia pulado o portão que dá acesso ao pátio. Eu e Cataventeira L vamos ver o que está acontecendo. Lá fora, U., e F. pularam o portão e, afirmam que ali ficariam. Cataventeira L. vai até a porta, na tentativa de evitar que eles entrem na Casa, causando assim maior dispersão ao momento da contação de histórias que já havia iniciado.

⁶ Aqui a colega de trabalho faz menção à contação de histórias. O formato do turno de terças-feiras se dá em um primeiro momento à contação de histórias, seguida do turno de brincadeiras.

Cateventeira L. dirige-se até os meninos, sustenta e expõe a nova dinâmica dos turnos de terça, que iniciam com a contação de histórias e quando essa termina, inicia o momento das brincadeiras e neste momento eles poderiam entrar na Casa. Isso não é ouvido e em um momento, U. sobe alto na árvore do pátio da Casa, em protesto à ideia de não permitirem sua entrada naquele momento, dizendo que não irá, então, retirar-se.”

Na cena seguinte, U. desce da árvore, pula o portão, busca uma bola em sua residência e retorna pulando o mesmo para jogar futebol no pátio - como se nós não estivéssemos ali e a Casa estivesse livre para eles utilizarem - ignorando qualquer tipo de diálogo com a equipe. F. traz de fora da Casa um pedaço de lâmpada fluorescente que encontrou perto do lado de fora do portão, a joga no chão do pátio, começa a pisar em cima (de chinelo) quebrando em pedaçinhos e, chutando os fragmentos de vidro espalha esses por grande parte do pátio.

“Cataventeira L, e eu tentamos intervir, dizendo que ele pode se machucar mas ele não para, cada vez mais arriscando a cortar-se. Busco uma vassoura e uma pá para juntar os cacos, mas ele atrapalha a retirada dos cacos sempre chutando para mais longe. Com a palavra se mostrando fraca, Cataventeira L. o segura para que eu consiga terminar de juntar, ele começa a chorar e Cataventeira L. diz que não quer que ele se machuque e que só irá soltar quando eu terminar de juntar todos os cacos.”

“Terminado de retirar os cacos ao voltar para atender ele e a Cataventeira L, ele pega uma pedaço de tijolo e ameaça atirar na minha direção. Me assusto e me viro, e nisso ele atira o tijolo na direção da Cataventeira L acertando no chão ao seus pés. V., vendo a movimentação de dentro da casa, sai para o pátio e começa a jogar bola com os meninos. Nenhuma palavra que dizemos é escutada, e durante o jogo, entre eles, ocorrem pequenas discussões e ameaças com pedras e pedaços de tijolos.”

Enquanto a maioria vai saindo A. e R. permanecem e resistem às palavras de fim do turno, afirmando que não querem sair. Cataventeira A. consegue falar com A. e fazer com que ela saia, mas R. diz que não irá sair, pois um par do seu chinelo foi jogado no telhado por uma das crianças, e ele não irá retirar-se enquanto não pegar o seu chinelo. Começa então a fazer muito barulho, com gritos e com fortes batidas utilizando dos brinquedos para mostrar sua permanência no lugar. Os meninos que já haviam saído de dentro da Casa, mas que ainda permaneciam no pátio, vão até a janela e batem na mesma com paus, fazendo muito barulho igualmente. Em certo momento, R. profere as seguintes palavras “ah, cansei

de incomodar...” dando a entender que cessaria os movimentos barulhentos e daria fim a resistência de permanecer no interior da Casa depois do anunciado fim do turno. Porém, em seguida, complementa: ‘sabiam que eu aguento mais? Eu aguento ficar mais, e amanhã venho aqui de novo pra incomodar mais’. Nas palavras da Cateventeira A.: “O clima é de caos, no pátio as crianças brigam entre si e não saem definitivamente.”

Os vizinhos da Casa, pai e mãe de B. e L. observam a agitação da casa e em certo momento o pai diz: ‘Eu não sei pq vocês perdem tempo com eles, eu sei que vocês gostam, mas eles não têm educação, olha o que eles fazem’.

“U. sobe no portão que vai para a Casa. Estou segurando o portão fechado a fim de sustentar o fim do turno. O menino diz que quer entrar e balança o portão com força, me dá tapas na cabeça, desce para o chão, dá alguns chutes, ameaça e chega a jogar pedra. Tento conversar com ele mas ele ignora e segue. A. vem com outras pedras maiores para ameaçá-lo e tentar fazer com que pare”.

Ao final, fica R., a última criança que resiste e afirma não querer sair da Casa. Cateventeira L. vai então até o encontro da mãe de R. para que possa tentar tirá-lo de lá, já que ele insiste e não escuta ninguém, mas ela não está em casa. Vem primeiro uma de suas tias, mas ela não consegue fazer com que ele saia. Outra tia, agora a mais velha, vai até ele e, com o chinelo na mão, consegue fazer com que ele saia. Ameaçando bater, ela sai atrás dele, e R. como se fugisse da tia, sai finalmente da Casa. Cateventeira L. tenta falar com ela sobre isso, mas não consigo escutar o desfecho.

Passam alguns minutos, conseguimos fechar a Casa, mas ao sair em direção ao portão algumas crianças retornam ao pátio e decidimos sair mesmo assim. Em direção ao portão vemos R. voltando (escapou de sua tia), pegando o cadeado do portão, pulando em cima do carro e dizendo que não vai sair nem devolver enquanto não pegar o seu chinelo. A. é quem sobe na casa e pega o chinelo. Numa espécie de negociação, o menino aceita em devolver o cadeado já que recuperou seu chinelo.

As distintas interpretações que podem ser estabelecidas sobre os acontecimentos daquela manhã de terça-feira, revelam uma outra perspectiva em que se inserem aqueles indivíduos, onde a proposta de trabalho ou as condições que foram submetidas a mesma não deram conta quer pelas intervenções, quer pela inscrição da palavra como alternativa aos movimentos de agressividade direcionados à equipe. Creio que as crianças e adolescentes,

diante de uma insatisfação individual ou coletiva, não direcionam suas mais diversas ações às pessoas que compõem a equipe em si, no sentido de individualizar cada cataventeiro, mas sim à representação que eles assumem. Apesar de a Casa dos Cata-Ventos ser um importante referencial no espaço geográfico percebido, na figura do plantonista, a constituição plena de um indivíduo não pertencente àquele território, diante de uma posição institucional instaurada sob estes sujeitos estrangeiros, nós cataventeiros.

O relato evidencia diferentes intenções das crianças e adolescentes ao sustentar algumas posturas, como, a negação em saírem da Casa; pular o portão; subir na árvore; jogar objetos e, tomar para si um elemento cercado de simbolismo, o cadeado do portão. Direciono meu olhar no sentido de interpretar algumas dessas atitudes das crianças e dos adolescentes, identificando alguns aspectos relevantes desse relato.

Início os apontamentos por um elemento chave no que diz respeito à composição da paisagem da Casa dos Cata-Ventos naquele território, o carro. Imediatamente junto do portão, há muito tempo foi abandonado ali, um veículo, uma caminhonete preta. Atingido não apenas pelas intempéries e pela ação do tempo, a caçamba do veículo se constitui como um lugar para aqueles indivíduos. Ali eles brincam, pulam de cima da caminhonete, brincam de figurinha, etc. Seguidamente ao chegarmos nos turnos, encontramos, alguém no veículo, realizando alguma dessas ações. Aquela camionete, também tem papel fundamental no cotidiano daquelas crianças e adolescentes mas é na interferência direta do trabalho que é feito na Casa-dos-Cataventos, que identifico sua maior questão: a caminhonete como facilitadora da ação de pular o portão, ato que aparece naturalmente - não só nesse - mas em quase todos os relatos feitos pelos cataventeiros.

Desde que iniciei o trabalho como bolsista de extensão, já havia esse veículo junto ao portão da Casa. O fato dele ser um facilitador da entrada e o fato das crianças e adolescentes frequentarem o pátio da Casa, reforça suas identidades como pertencentes àquele lugar, uma vez que o fazem sem que ninguém esteja usando pois diferentemente dos becos da vila, o pátio possui um piso concretado. Assim, jogar futebol, brincar de subir naquela que é uma das poucas árvores de toda a vila e, brincar de pega-pega, ali no pátio da Casa, os coloca numa posição de pertencimento muito forte ao lugar em questão, transferindo um pouco desse sentimento à equipe que realiza o trabalho. Ou seja, para aqueles meninos e meninas, qual o sentido de não poder entrar quando eles bem entenderem se já o fazem sem a interrupção ou regramento de ninguém? Por que devem ir embora, quando os cataventeiros

dizem que o turno acabou? Por que devem ouvir histórias quando querem brincar com desenhos ou de pular corda? São questões que esbarram nas distintas lógicas que operam Academia *versus* VCS, crianças e adolescentes *versus* adultos, etc. O trabalho na Casa vem sendo redesenhado a cada turno, e estratégias e intervenções são deliberadas, muito em função do que se passou no turno anterior, sustentando um caráter experimental ao projeto.

A naturalidade da ação daqueles sujeitos perante as tentativas de interferência da equipe, sustentando o uso da palavra como balizador do trabalho, pode ser visto no seguinte trecho: “*U. desce da árvore, pula o portão, busca uma bola em sua residência e retorna pulando o mesmo para jogar futebol no pátio - como se nós não estivéssemos ali e a Casa estivesse livre para eles utilizarem - ignorando qualquer tipo de diálogo com a equipe*”. Pode-se perceber uma ação de transgressão às regras que regem o convívio da Casa, essas que são seguidamente sustentadas e lembradas aos frequentadores dos turnos. Podemos, ao mesmo tempo, perceber nesse mesmo movimento relatado, um simples ato cotidiano de indivíduos que estabelecem relações ditadas dentro de sua ordem, dentro da ordem que impera naquele espaço, obviamente uma outra ordem que não é a da academia. Isso, contudo, não pode significar, em minha opinião, uma diminuição ou estigmatização desse caos relatado por um colega de trabalho, ainda que seja muito fácil e comumente o fazer, devemos ter cuidado e sobretudo sensibilidade para perceber, compreender e lidar com essa distinta lógica que rege esse território.

“*O clima é de caos, no pátio as crianças brigam entre si e não saem definitivamente*”. As palavras postas no relato de uma colega, reverberam em mim de modo a provocar um inquietamento. Compreender a já citada lógica distinta que opera nesse território também passa por compreender o *caos* que se apresenta ali, sinalizado nas palavras da cataventeira. Para Deleuze e Guattari (1997):

O que caracteriza o caos, com efeito, é menos a ausência de determinações do que a velocidade infinita com a qual elas se esboçam e se apagam: não é um movimento de uma a outra mas, ao contrário, a impossibilidade de uma relação entre duas determinações, já que uma não aparece sem que a outra já tenha desaparecido, e que uma aparece como evanescente quando a outra desaparece como esboço. O caos não é um estado inerte e estacionário, não é uma mistura ao acaso. O caos caotiza, e desfaz no infinito toda consciência. (p. 59)

O plano de imanência para esses autores se dá como um recorte do caos e se apresenta, neste âmbito, a partir de uma existência mental e física. Percebo, portanto, nos ocorridos daquela manhã de terça-feira - assim como em outras oportunidades - que a desordem não é um sinônimo de caos e não pode estar posta sob um tom pejorativo ou vazio, pois esse caos pode ser entendido e percebido, por isso, não é desorganizado. As formas e ações que se estabelecem acontecem, então, com outras proporções e outras velocidades. É no caos, portanto, que os problemas se complexificam e não fora dele. Ou seja, não se pode agir no sentido de almejar que aqueles indivíduos consigam elaborar suas questões para fora do caos ou para fora daquela ordem que estão inseridos e, assim, que sejam capazes de resolver aquelas diversas situações pelo mesmo meio que propomos enquanto acadêmicos, psicólogos, residentes, etc. O caos definido simultaneamente como origem e esgotamento das formas possíveis.

Também é evidenciado no relato algumas situações envolvendo a violência das crianças e adolescentes, algumas direcionadas a equipe outras não: jogar pedra, chutar cacos de vidro no chão, dar tapas, etc. Violência que pode ser percebida igualmente, no tratamento de uma familiar do menino R., quando o ameaça com seu chinelo, na tentativa de tirá-lo da Casa. O uso da violência parece confrontar ou ocupar o lugar do diálogo em algumas relações daquele território. Entendo que essa postura agressiva em detrimento ao uso da palavra, são ações que revelam mais uma vez a diferença que se apresenta na vida daqueles sujeitos, com as nossas. Nos turnos seguidamente se pode perceber como a intimidação através da prática violenta, quer por ameaças verbais quer por ameaças físicas, serve como fator transmissional revelando justamente a origem e o esgotamento das formas possíveis.

Diante de tantas questões sobre o funcionamento daquele território e das distintas lógicas que operam na relação entre academia e sociedade, entre palavra e ação, reflito sobre a posição de estrangeiro que se estabelece sob o Projeto, inserido naquele espaço geográfico, e que se estende a mim. Identifico três posições em que me insiro no contexto estabelecido naquele território. Essas posições reconhecidas irei tratá-las como *posturas* ou *máscaras*, pois são notadas por mim em diferentes intensidades e, na transferência, são percebidas pela figura do outro (colegas, crianças e adolescentes, moradores e amigos) de maneiras singulares. São

elas: *máscara do professor, máscara colorada e máscara do cataventeiro*. Conforme coloca Santini (2007. Pg 66):

[...] as qualidades expressivas chamadas de estéticas não são qualidades puras ou simbólicas, mas sim, qualidades apropriativas, não pertencentes ao sujeito que as produz, mas determinantes do território que pertence a esse sujeito; dessa forma a assinatura não é a marca constituinte do sujeito, mas a marca constituinte do seu domínio, de sua morada. Assim, o corpo pode ser um território a partir de suas expressões particulares como uma tatuagem ou então pelos trajetos que percorre dentro da cidade [...]

A primeira *máscara* pode ser observada na minha inserção enquanto professor naquele território, e é atravessada também pelo fato dessa figura professoral ser estrangeira e não necessariamente estar cercada e protegida pelos códigos sociais que se estabelecem, por exemplo, no ambiente escolar. A ideia de que o professor deva ser uma autoridade - não confundida com um ser autoritário - e que possui um determinado poder no sentido de reger e reger o encontro com seus alunos na direção do conhecimento, possivelmente ali pode ser minimizada ou simplesmente não se estabeleça como algo real. A hierarquia na relação professor-aluno a qual o ambiente escolar impõe é transmitida de uma diferente forma, pois as crianças e adolescentes que frequentam o projeto também entendem que aquele é um espaço outro, que não o escolar e que se estão ali é para se divertir, contar histórias, brincar e compartilhar.

Contudo, esse deslocamento espacial - escola e Casa-dos-Cataventos - opera em uma outra lógica que contempla diferentes condutas normativas e exigiu de mim uma espécie de rearranjo do trabalho. Apesar de balizar minha proposta pedagógica no sentido de utilizar ferramentas que em outros momentos pudessem ser utilizada no ambiente escolar, as intervenções se dariam de uma lógica e um tempo totalmente distintos.

Outra análise possível sobre as *posturas* que se estabeleceram em mim e se expressaram em meus atos e meu corpo é a de experiências passadas vividas justamente naquele território. O fato de possuir vínculos afetivos com indivíduos moradores da VCS e frequentar diversas vezes o mesmo, fez com que eu não me sentisse ou, me sentisse menos estrangeiro e bem mais familiarizado não só com aqueles becos e seus barracos, mas também com as pessoas que ali circulam, vivem e compõe o espaço geográfico - bem como os códigos e histórias que constituem aquela vila. Frequentar aquele território a convite dos moradores da Dog City, me coloca numa postura muito menos invasora ou estrangeira. A

possibilidade de transitar livremente naquele território sem ser estranhado ou indagado do motivo de estar ali só é legitimada através dessa máscara que pode ser denominada de *Colorada*.

A casualidade de desenvolver um projeto como bolsista de extensão, de uma renomada Universidade Federal, atuando em um território onde já pude ter contato com uma diversidade de situações acerca do mesmo, produziu em mim uma postura de estrangeiro naquele espaço, um estrangeiro diferente em relação aos outros colegas cataventeiros por portar a *máscara Colorada*, mas ainda sim estrangeiro e bem próximo da primeira postura, a de professor. Não à toa as crianças e adolescentes se dirigem aos integrantes da equipe como “sor(a)”.

A favela Dog City, como é conhecida pelos próprios moradores, carrega consigo alguns vestígios que acompanham aqueles indivíduos e que está muito associada ao território em que vivem. A precariedade física e humana são resultados escancarados da exclusão e privação dessa parcela da população que compõe uma espécie de recorte ao que se chama de cidade formal, onde o Estado se faz mais presente. As pessoas que compõem esses territórios, historicamente, não foram introduzidas a essa ordem de cidade formal e através dos processos de urbanização da cidade em questão foi sendo distanciada e recortada da região central.

A Dog City apresenta algumas dicotomias muito pertinentes ao olhar geográfico no que refere-se à atividade comercial como um agente ordenador da vida daquele território. Mais especificamente a relação que se estabelece entre aqueles indivíduos e o lixo, como descarte, como reuso, como renda, como catação, como transporte e logística que envolve esse material. As relações de dualidade geradas justamente por essa grande concentração de resíduos podem ser percebidas na ordem e na desordem, no legal e no ilegal, na lógica universitária e na lógica segregada. Questões essas que podem ser notadas e evidenciadas em uma comunidade que se organiza em inúmeros aspectos a partir do descarte, do reuso e da comercialização desse material, o lixo. Nas palavras de Deleuze (1998, p. 236):

A multiplicidade não deve designar uma combinação de múltiplo e de um, mas, ao contrário, uma organização própria do múltiplo enquanto tal, que não tem necessidade alguma da unidade para formar um sistema.

As multiplicidades, são percebidas no cotidiano da Vila Cachorro Sentado, através do real e do acontecido, que se manifestam de diferentes formas e em diferentes tempos, mas o

que não muda é o fato de que elas permanecem importantes para aquele espaço geográfico, compondo o cotidiano da favela. A multiplicidade pode ser percebida também nos caminhos percorridos pelos indivíduos daquela favela.

Uma multiplicidade não tem nem sujeito, nem objeto, somente determinações, tamanhos, dimensões que não podem aumentar sem que ela mude de natureza. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 20)

A exposição dos sujeitos constituintes do território ao tráfico de drogas pode lhes apresentar, por exemplo, múltiplos caminhos que podem os levar para a privação ou liberdade, para o confronto/enfrentamento ou para a fuga, para a vida ou para a morte. Essa metaforização das situações cotidianas em que se encontram indivíduos marginalizados (no âmbito que vivem à margem da sociedade formal) são retratos muito comuns à vida desses sujeitos pois estão inseridos em um contexto política e socialmente de extrema vulnerabilidade. Vejo na oportunidade de realizar a Oficina com as crianças e adolescentes que estão expostas a esse contexto - embora que de distintas maneira e intensidades - a oportunidade, de minimizar a partir da partilha de suas narrativas, suas histórias e representações de seus lugares, como uma forma de dar a elas voz e combater esse distanciamento tremendo que existe entre morador e cataventeiro. Partilho, então, as palavras de Acselrad no sentido da potência do mapeamento:

Assim sendo, a considerar o andamento do debate contemporâneo sobre cartografias sociais e mapeamentos participativos, tais iniciativas poderão ser vistas ora como esforços de resistência às dinâmicas da globalização, ora como instrumento de apoio à efetivação mesma destas dinâmicas. (ACSELRAD, 2008, p. 10)

A atividade de Mapeamento Coletivo realizada com os frequentadores do projeto da Casa-dos-Cataventos foi pensada como primeira intervenção de uma grande projeto pedagógico. Os grupos de oficinas não possuem uma regra no que diz respeito à carga horária ou número mínimo de encontros, pois a atividade não se resume a resultados ou metas, ainda que possam ser elementos organizadores ou motivacionais para o grupo em si. Estabelecer regras e critérios é de suma importância, no entanto, condensar o trabalho para que coubesse em um período curto foi necessário em minha intervenção. A vontade de trabalhar com as

crianças e adolescentes da Casa com essa atividade nunca foi anunciada a eles, embora estudasse pô-la em prática há alguns meses.

O Mapeamento Coletivo, então, se mostra grande e valoroso quando o produto - o mapa: com seus elementos cartográficos e as representações criadas pelas crianças e adolescentes - está em constante modificação, no que diz respeito a ressignificação dos objetos que compõe aquele material cartográfico bem como suas representações. É frequente nas oficinas que o mapa sofra alterações periódicas, assim, os oficinairos sentem-se parte constituinte daquele mapa e são capazes de, cada vez mais, elucidar questões que surgem a partir da prática e do exercício do mapear, do evocar de suas memórias, do contar suas histórias, do debater as certezas e incertezas e do pronunciar para todos os seus lugares.

A Oficina, entretanto, não pôde ser continuada com novos encontros do grupo de oficinairos. Questões muito pontuais, mas somadas, acabaram por atravessar o trabalho que é desenvolvido na Casa-dos-Cataventos há oito anos. Tais questões foram impeditivas para a continuidade das atividades e acabaram por constatar um certo esvaziamento de algumas intervenções no sentido da aposta pela palavra para tratar uma situação de descontentamento, impasse ou violência nos turnos.

5.2 MOMENTO DE DESPEDIDAS

Nesse meio onde a ordem social regente estimula os indivíduos à resolução de situações/problemas muito mais pela ação em antagonismo ao uso da palavra, penso que se faz necessário buscar alternativas que dialoguem com o contexto territorial em questão. Irei discorrer, portanto, sobre algumas questões que levaram à impossibilidade da continuação do trabalho da Casa-dos-Cataventos naquele território.

O trabalho desenvolvido na Casa dos Cata-Ventos, na Vila Cachorro Sentado, foi balizado pelo caráter de experimento ao projeto e, se notabiliza, pela inscrição em todas as ações pelo uso subversivo da palavra. Foram 8 anos de atuação no território da Zona Leste de Porto Alegre, onde muitas vezes se percebeu atravessamentos e constatou-se algumas vezes, uma defasagem às intervenções por essa prática dialógica. Nunca antes nesses 8 anos de experimento, contudo, se percebeu um esgotamento desse dispositivo oral, ao passo que se esgotou ainda mais, a prática da escuta por parte da comunidade. Comunidade não de maneira geral, até porque seria uma pretensão tamanha dar conta do atendimento de todo esse

contingente populacional, mas no sentido principalmente na figura da Associação de Moradores. Segundo Altounian (2016, pg, 11):

Nas relações infantis precoces, uma mãe sobrevivente não está em condições de transmitir ao filho nem uma experiência dialetizável em palavras sobre o que ela viveu nem a visão de mundo que disso lhe restou. As palavras maternas trazem o sabor de uma secreta melancolia e não proferem para a criança nenhum saber provedor de alteridade. Estão carregadas da angústia de muitos afetos incapazes de atingir uma secundarização em linguagem. Como a instância de um alhures desejável foi destituída em pais sobreviventes por eles terem sido relegados para fora de um mundo vivível, não podem introduzir o filho no mundo dos outros nem no de suas palavras.

Esse esgotamento, por sua vez, foi transmitido a equipe e percebido em diversos momentos isolados, mas que somados fizeram com que a equipe componente do projeto se retirasse do território em questão, para se repensar o trabalho e reestruturar o mesmo, em outro território. A repetitiva violência direcionada a nossa equipe nos turnos, se evidenciou um pouco através do relato trazido ao início dessa sessão.

Penot (2004) afirma que uma lacuna no histórico familiar irá induzir a uma chamada repetição comportamental que é cega e violenta, no entanto, refratária às tentativas de transformação simbólica daqueles sujeitos; fato que os aprisionaram em um lugar fixo, excludente, de repetição comportamental, numa história a qual não podem apropriar-se. Rosa (2016) coloca exatamente que os atrasos do desenvolvimento e o empobrecimento no âmbito da palavra e das ideias estão articulados aos não-ditos da história, assim como sua repetição sem contexto.

Atos de depredação do espaço, emudecimento das crianças e adolescentes à palavra do outro, agressões a alguns cataventeiros, infelizmente foram pautas comuns nos relatos e reuniões de equipe no ano de 2019. Nas palavras de Gageiro et al. (2019, p. 2):

Tal violência não nos faz recuar na aposta na palavra, mas sim indagar quais condições, possibilidades e inflexões são necessárias para que essa palavra tenha forças de abrir as fendas possíveis à ela e à interlocução.

A má relação que se apresentou com a atual presidência da Associação de Moradores, que teceu muitas críticas em relação ao trabalho desenvolvido na Casa foi algo inédito no que se conta sobre a história do projeto. Questões específicas mas fundamentais para garantia das

condições de trabalho, segurança do projeto e das crianças foram atravessadas por essa relação fragilizada entre coordenação e presidência. O legado foi deixado, lá ficam muitas histórias contadas, momentos partilhados, brincadeiras na memória e a certeza de que muito empenho, suor e seriedade foram impressos como marcas desse projeto. Além de uma biblioteca para a comunidade que conta com mais de 3 mil exemplares, a Casa dos Cata-Ventos deixa o imaterial, o intocável, que permanecerá vivo na memória de cataventeiros e jovens que passaram pela Casa. Portanto, a impossibilidade de dar segmento à Oficina de Mapeamento Coletivo se dá a partir da saída do projeto daquele território, sendo destituído da concessão para realizar atividade naquela casa.

6 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho, ao narrar minhas experiências acerca desse território, foi no sentido de construir ferramentas coletivas (nesse caso o mapeamento como prática pedagógica) para serem retomadas e perpetuadas entre aqueles indivíduos. Logrei êxito no primeiro momento, onde fui surpreendido positivamente pelo transcorrer da oficina e seus desdobramentos e, principalmente pelo envolvimento das crianças e adolescentes do Projeto perante minha proposta. Motivei-me pela continuação do trabalho que foi impossibilitado, contudo, por essas questões - brevemente relatadas sobre a saída do projeto da Casa dos Cata-Ventos da Vila Cachorro Sentado - que certamente renderam bons momentos, boas histórias, ótimas reflexões e, por último, processos elaborativos através do exercício da escrita acerca dessa saída e do (re)pensar o trabalho cataventeiro em outro território.

A proposta se interpôs à realidade do lugar, onde se estabeleceu um conflito territorial que impossibilitou o acesso à Casa dos Cata-Ventos. Apoio-me, então, em observações anteriores (relato do capítulo anterior) que são de outra escala, mas que refletem diretamente na saída do Projeto do território e conseqüentemente no fim da oficina de Mapeamento. Desse movimento de saída do projeto da Vila Cachorro Sentado, se pode pensar como as demonstrações e a afirmação do pertencimento ao território que se produziram pelos jovens do Projeto geraram inúmeras reflexões em mim, sob o olhar geográfico. Vide exemplos as situações relatadas envolvendo os episódios do cadeado e do portão. Atentar ao fato de como esse olhar geográfico ajuda a ampliar as percepções territoriais da equipe da Casa, principalmente nesses últimos momentos, foi muito importante para o entendimento das relações de poder e suas respectivas intencionalidades naquele território.

O simbolismo por trás da cena do cadeado do portão que dá acesso à casa é cercado de significados. O cadeado em certa medida é a segurança dos cataventeiros e de seu trabalho. A cena do menino pegar esse cadeado se reflete em ter para si a posse de um objeto que compõe o simbólico, dentre as diversas regras estabelecidas, exatamente no momento em que equipe chega à Casa. A rotina é de cumprimentar as crianças, abrir o cadeado e, assim que entramos, o mesmo servir para trancar a porta da frente e, enquanto as crianças fazem uma fila para o lado de fora do portão, esse tempo é de organização e preparação do turno em si, dentro da Casa. Mesmo que esses jovens não precisem do cadeado para entrar no pátio da Casa o fato de ter para si o cadeado revela um poder exercido sobre os cataventeiros, uma

inversão de postura ou de ordem, ao passo que a equipe se apresenta “refém” daquela situação pois precisa do cadeado para fechar a porta. Como tê-lo de volta afirmando novamente o uso da palavra com um menino que impôs e deixou claro a sua intenção? Quais estratégias para que ele possa devolver? ⁷

O portão também é carregado de simbolismo pois se apresenta como divisor de um lugar que se frequenta talvez diariamente pelas crianças e adolescentes para brincar e principalmente para jogar futebol, em momentos que não há turno de atividades na Casa. Por possuir um piso concretado, diferentemente do pavimento de areia dos becos da vila, os jovens seguidamente pulam o portão para fazer esse uso. Quando a equipe do projeto chega à Casa, se estabelece outra lógica e outras regras para o uso do mesmo espaço que em outros momentos está regido por outra norma, a norma dos jovens que estão compartilhando esse lugar como seu. A Casa dos Cata-Ventos busca que aquele seja um lugar de histórias, brincadeiras e também do futebol para aquelas crianças e adolescentes, mas sob uma outra perspectiva regente. A Casa aparece aqui então como um ordenador das relações que se estabelecem na vida desses jovens. O portão se apresenta como um elemento constituinte da paisagem, mas também em uma espécie de extensão dessa outra lógica dos jovens, uma lógica que pode ser chamada de transgressora? É totalmente entendível e esperado que o movimento de pular o portão seja, então, tão comum nos turnos de atividades da Casa. Quiçá seja uma coisa que essas crianças e adolescentes trazem consigo no âmbito do partilhar, essas condutas regidas pela ação que é o modo como se transcorrem a maioria das situações. Muito pelo movimento ativo e menos de escuta; se fazem aquilo seguidamente no seu cotidiano, por que devem entrar pela porta como os cataventeiros? Talvez isso seja algum dos aspectos que os fazem afirmar sua posição de pertencentes àquele território, ou ao contrário, impor à equipe a posição de estrangeiro. Ou seja, reafirmação territorial pela ótica do jovem como local ou a imposição direcionada aos cataventeiros para a posição de estrangeiro.

Ser um professor-pesquisador em formação, inserido em um projeto de extensão, somado ao fato de poder contribuir quer com a formação das crianças e adolescentes, quer ao levantar outras perspectivas que não as psicanalíticas perante a equipe do Projeto foi de fato muito importante e grandioso para minha vida e experiência acadêmica. Debruçar-me sobre

⁷ Nesse turno em específico ocorreu uma negociação, o menino queria o seu chinelo que uma criança havia jogado no telhado da Casa, uma outra criança subiu e pegou o chinelo e, assim ele devolveu o cadeado.

as reverberações que surgiram nesse ano de trabalho - mais precisamente no segundo semestre - faz surgir inúmeras questões a serem analisadas e percebo, contudo, uma impossibilidade de discutir e contemplar todas, em uma monografia. O contato pedagógico com as crianças e adolescentes da Vila Cachorro Sentado, no sentido da proposta da oficina serviu, ao final de tudo, mais a mim e à academia do que os jovens e os seus familiares. A impossibilidade de dar segmento aos grupos oficinairos não era o esperado mas tenho certeza, no entanto, que em termos de experiência para os jovens foi muito positivo.

Continuo frequentando o território sob a máscara Colorada, que me permite transitar tranquilamente pela Dog City, mas sei que por mais evidenciada que possa ser a posição de estrangeiro sob a máscara de Cataventeiro, provavelmente seria a única possível para retomar essa atividade com as crianças e adolescentes daquele território.

7 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (organizador). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALTOUNIAN, Janine (2016) Traduzir o que não pôde ser dito [Trad. C. Berliner]. **Lacuna: uma revista de psicanálise**, São Paulo, n. -2, p. 11, 2016.

BARCELLOS, Caco. **O Abusado - O Dono do Morro Dona Marta**. Editora Record - C. 2003.

BELINI, M. G. e HIRDES, Alice. **Projeto Morada São Pedro: da Institucionalização à Desinstitucionalização em Saúde Mental**. Florianópolis, 2006.

BELTRAME, Anderson. **A Casa dos Cata-Ventos: variações sobre o futuro, a inutilidade e a sede**. Porto Alegre, 2013.

BEZERRA JR., B (orgs.). **A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WEBER, C.A.T. **Residenciais Terapêuticos: O Dilema da Inclusão Social de Doentes Mentais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

COSGROVE, Denis. **Mappings**. Reaktion Books, 1999.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: 5a edição, 1997.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs - vol. 4: Capitalismo e Esquizofrenia 2**, 1997.

DIAS, Leila Christina. FERRARI, Maristela (organizadoras). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2013.

ENDO, P. **A Violência no Coração da Cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e Honra**. UFRGS Editora. Porto Alegre, 2000.

GAGEIRO, Ana e TOROSSIAN, Sandra. **Tem Cata-Ventos hoje?** Temática Correio APPOA, sem página. Porto Alegre, 2016.

KOPTTIKE, Alberto. BASSANI, Fernanda. **Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre. RS: 2014**. organizado por - Porto Alegre: Editora Bestiário, 2014.

- MESQUITA, André Luiz. **Mapas Dissidentes: Proposições Sobre um Mundo em Crise (1960-2010)**. São Paulo, 2013.
- MILMAN, Luli, BEZERRA Jr, Benilton (org.) **A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na infância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008
- PENOT, B. (2004) Psychanalyse et institutions. In: Revue Française de Psychanalyse, 4, Revistas do site.
- RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Litec. Paris, 1993.
- RISLER, Julia & ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa** / Julia Risler y Pablo Ares. - 1a ed. - Buenos Aires : Tinta Limón, 2013.
- ROSA, M. D. **Prefácio: Uma Prática com Crianças: escuta psicanalítica e criação de estratégias de atendimento em contexto de exclusão e violência**. In: MILMAN, L. & Weber.
- SACK, Robert David. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge Studies in Historical Geography, 1986.
- SANTINI, Giovana. **Vila do Chocolatão: Encontros da Collage na Arquitetura**. Porto Alegre, 2007.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SOUZA, D. M. F. **A etnografia como recurso para relativizar conceitos e categorias identitárias: uma análise do trabalho de Cláudia Fonseca e a influência de Malinowski em sua prática noográfica – Vilas Cachorro Sentado e São João**. v. 3, n. 2. 2014.